

Quem disse ?

«Diálogo e obra, com humanismo e equidade, são princípios, são marcas, que vão, certamente, ficar»

Guilherme d'Oliveira Martins

Diário de Notícias, 16 de Janeiro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1048 20 JANEIRO 2000 100\$ - 0,5 €



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



António Guterres comenta candidaturas

Socialistas tranquilos nas presidenciais

As eleições para a Presidência da República estão longe de constituir um problema para o Partido Socialista. O partido está unido e espera que Jorge Sampaio cumpra mais um mandato exemplar na chefia do Estado.

Reflexo deste ambiente de calma interna, que contrasta com o PSD, foi a reacção do camarada António Guterres à disponibilidade anunciada por Freitas do Amaral para se assumir como o candidato da direita portuguesa. O secretário-geral do PS disse encarar as eleições para a Presidência da República com «enorme tranquilidade. Esse, felizmente, não é um problema que eu tenha», acrescentou o primeiro-ministro, que falava à margem da reunião em Lisboa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu, que esteve reunido na Assembleia da República quinta e sexta-feira passadas.

«Tenho que lidar com tantos problemas que é sempre extremamente agradável quando, em relação a alguma matéria, não temos nenhum problema», frisou o líder do PS. Na mesma declaração política, contudo, António Guterres fez questão de sublinhar que o partido respeitarão quaisquer outras candidaturas que venham a surgir. «Independentemente de termos o nosso candidato», Jorge Sampaio, «acho que devemos que a vida política portuguesa decorra com dignidade e respeito mútuo. Portanto, se surgirem outros candidatos, todos eles serão por nós encarados com respeito, consideração e o desejo de que a campanha tenha grande elevação», acentuou o chefe do Governo.

António Guterres deixou ainda a entender que competirá a Jorge Sampaio anunciar a sua recandidatura à Presidência da República. «O que posso dizer a esse respeito é que a nossa posição está esclarecida», recordou, antes de voltar a realçar a sua enorme tranquilidade no que concerne às eleições para a Presidência da República.

VIRAGEM ESTRATÉGICA NA EUROPA

OBJECTIVO DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA

O grande objectivo da presidência portuguesa da União Europeia, até Junho deste ano, será contribuir para uma viragem estratégica dos Quinze. Uma viragem que permita à União Europeia ser o espaço económico mais dinâmico do mundo a médio prazo, possuindo novas condições de competitividade face aos Estados Unidos e ao Japão.



Política

Reunião em Lisboa do Grupo Parlamentar do PSE Guterres quer alargar agenda da Conferência Intergovernamental



Os eurodeputados socialistas estiveram reunidos na Assembleia da República durante dois dias. Na reunião, o primeiro-ministro e secretário-geral do PS concordou com uma das principais reivindicações do Parlamento Europeu: a agenda da Conferência Intergovernamental deverá ser alargada a questões como a segurança europeia e os direitos fundamentais.

Sociedade & País

Ano da Educação Rodoviária Sensibilizar para diminuir sinistralidade



O ano 2000 vai ser dedicado à educação rodoviária, com o Governo a lançar um conjunto de iniciativas de sensibilização da população, nomeadamente a jovem, para retirar Portugal da «cauda da Europa» em termos de sinistralidade rodoviária. «2000 - Ano da Educação Rodoviária» é o mote da campanha, que arrancou na terça-feira em Lisboa, com dois dias de «Jornadas de Educação Rodoviária», na Aula Magna.



Uma viragem estratégica da Europa

António Guterres apresentou publicamente, no início desta semana, o documento da presidência portuguesa da União Europeia para os próximos seis meses.

Centrado no grande objectivo de ajudar a transformar a União Europeia, «à escala mundial e no prazo de dez anos, no espaço económico mais dinâmico e mais competitivo, com base na inovação e no emprego e de aprofundar a coesão social», o programa pretende contribuir para uma viragem estratégica dos Quinze.

Para o primeiro-ministro, são necessários instrumentos políticos que possibilitem à União Europeia competir com os Estados Unidos da América e com o Japão. Estamos a assistir a um processo de concentração económica, pelo que são necessários novos instrumentos políticos capazes de consolidar a competitividade dada pela dimensão, referiu, adiantando que o documento da presidência portuguesa tem o objectivo de criar esses instrumentos políticos que faltam.

Um outro aspecto a realçar deste programa prende-se com a Cimeira sobre o Emprego a realizar em Março, em Lisboa. Segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, trata-se de uma iniciativa da presidência portuguesa que tem por objectivo a «criação e uma melhor articulação e coordenação nos processos já em curso», mas introduzindo uma dimensão nova: dar um novo élan à Europa para que consiga em 10 anos converter-se no espaço económico mais dinâmico e activo no plano mundial.

Jaime Gama, acompanhado dos ministros da Administração Interna e da Justiça, Fernando Gomes e António Costa, respectivamente, e do secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, apresentou ontem, em Estrasburgo, o programa aos eurodeputados. Centrando a sua intervenção em temas como a agenda para a reforma institucional da União (na CIG - Conferência Intergovernamental) e o papel do PE nesse processo, o alargamento da União, o emprego, a reforma económica e a coesão social no espaço comunitário, Jaime Gama deu ainda relevante importância às questões da Política Externa e da Segurança Comum. Apesar do programa apresentado pela presidência portuguesa contemplar áreas extremamente importantes para o futuro da União, o ministro dos Negócios Estrangeiros advertiu desde logo os eurodeputados de que as reformas institucionais que serão incluídas na CIG correm «o risco de ficar aquém das expectativas de alguns». «Ao prometer o empenho da presidência não estou, naturalmente, a garantir milagres e, em especial, não posso prometer que a vontade conjugada dos Governos dos Estados-membros possa estar à altura das vossas expectativas e dos vossos desejos (...) não quero criar falsas ilusões». Jaime Gama prometeu, porém, «ir tão longe quanto possível».

Emprego Criados 90 mil novos postos de trabalho

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade (MTS) anunciou, no passado dia 14, que o emprego cresceu 2 por cento nos nove primeiros meses de 1999, o que representa a criação líquida de 90 mil postos de trabalho.

O trabalho a tempo completo tem revelado «maior dinamismo de crescimento do que o trabalho a tempo parcial», explica a instituição, realçando que, «durante 1999, e ao contrário de anos anteriores, os trabalhadores abrangidos por contratos permanentes também aumentaram (1,7 por cento)».

O número de pessoas inscritas nos centros de emprego desceu pelo 36º mês consecutivo, fixando-se nos 341 mil.

Segundo dados do INE, a taxa de desemprego em Portugal era de 4,3 por cento no final de Setembro passado.

Em conferência de Imprensa, o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, manifestou a sua «satisfação» por estes resultados, mas sublinhou que o País ainda enfrenta problemas relacionados com o desemprego.

«Há em Portugal um problema de formação de activos», disse Ferro Rodrigues, acrescentando que se trata de «um atraso estrutural» criado durante gerações.



Prova disto mesmo é o facto de «as taxas de escolaridade e de formação profissional» estarem «abaixo das médias europeias».

Além disso, o governante considera que «Portugal tem problemas de qualidade de emprego», nomeadamente, pelo elevado número de contratos a termo existentes e pela utilização de falsos trabalhadores eventuais.

O titular da pasta do Trabalho e da Solidariedade referiu, ainda, a acção desenvolvida pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, que «acompanhou 330 mil pessoas durante o ano passado».



MARCELO CURTO DENUNCIA OFENSIVA DA AD CONTRA O SECTOR PÚBLICO

Em 1982 a AD no Governo não se conformava com um forte sector público da economia.

Na edição de 21 de Janeiro de 1982 o «Acção Socialista» nas páginas dedicadas à actividade no Parlamento dos deputados socialistas dava destaque a uma contundente intervenção do deputado Marcelo Curto, na qual este fundador do PS denunciava a ofensiva da AD contra o sector público da economia. «Para nós, deputados do PS, é claro que a AD quer desnacionalizar as empresas públicas, entregando aos bocados as suas actividades rentáveis à tão decantada iniciativa privada», afirmava o camarada Marcelo Curto.

Uma importante conferência de Imprensa do PS era ainda objecto de desenvolvimento nas páginas do «Acção Socialista».

No referido encontro com os jornalistas, o camarada Mário Soares acompanhado por vários dirigentes nacionais criticava a «política conservadora» da AD e a «política aventureirista» do PCP. **J. C. C. B.**

21 de Janeiro

Quem disse?

«Este Governo (AD), que quer destruir a Constituição, que quer destruir o socialismo em Portugal, é todavia o governo legitimamente democrático»

Raul Rego



Ministra da Saúde determinada em reduzir listas de espera

Manuela Arcanjo, ministra da Saúde, está apostada na diminuição do número de doentes a aguardarem intervenções cirúrgicas.

Assim, o Ministério da Saúde vai introduzir «algumas alterações no programa para a promoção do acesso» reforçando o plano para a redução das listas de espera em cirurgias em mais três milhões de contos. Para combater as listas de espera Manuela Arcanjo conta ainda com o total das verbas de 1999 que foram distribuídas a este projecto e não chegaram a ser utilizadas.

No total, o Plano Integrado para a Resolução das Listas de Espera em Cirurgia ficará com mais de nove milhões de contos.



Exemplo: Industrial quer oferecer 160 jipes aos operários

Como recompensa pela dedicação às fábricas fundadas pelo seu pai, o industrial Jorge Mário Carvalho anunciou que vai oferecer um jipe aos 160 trabalhadores do grupo Manuel Carvalho Lda., constituído por três pequenas fábricas situadas na Lousã e em Seia.

O industrial Jorge Mário Carvalho, conhecido pela sua generosidade, já que ao longo dos anos deu chorudos donativos a diversas instituições e colectividades

lousanenses, constitui um exemplo, numa época em que ainda muitos «industriais» - fazendo concorrência desleal - recorrem ao trabalho precário e infantil, a formas ilegais de trabalho como os recibos verdes, discutem minutos de pausa, entre outras tropelias à margem da lei, tudo numa lógica do lucro a qualquer custo, passeando-se sem peso na consciência em Ferraris e Mercedes e dormindo em autênticas mansões.

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA **Guterres apresenta prioridades políticas**

VIRAGEM ESTRATÉGICA NA EUROPA OBJECTIVO DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA

O grande objectivo da presidência portuguesa da União Europeia, até Junho deste ano, será contribuir para uma viragem estratégica dos Quinze. Uma viragem que permita à União Europeia ser o espaço económico mais dinâmico do mundo a médio prazo, possuindo novas condições de competitividade face aos Estados Unidos e ao Japão. No documento apresentado por António Guterres, estabelecem-se como prioridades a ligação de todas as escolas europeias à Internet, a expansão do comércio electrónico, o lançamento da patente europeia, a carta europeia das microempresas e a erradicação da pobreza infantil até 2010.

António Guterres afirmou segunda-feira, durante a apresentação pública do documento da presidência portuguesa da União Europeia, que a cimeira de Lisboa, em Março, vai marcar «o início de um processo de viragem estratégica» entre os «Quinze» Estados-membros. «Apresentamos este documento com ambição e uma vontade clara de transparência e participação, visando suscitar o mais amplo debate possível no âmbito das instituições da União Europeia», explicou o primeiro-ministro e presidente em exercício do Conselho Europeu. Como adiantou o primeiro-ministro na ocasião, o documento pretende «iniciar um debate, mas tem uma grande preocupação em fixar prazos para que as decisões sejam tomadas e não apenas enunciar orientações possíveis». Questionado sobre se estão previstos novos financiamentos para a estratégia a lançar em Lisboa, António Guterres referiu que não existem formas de financiamento adicionais em termos orçamentais. «O que há é uma grande preocupação de coordenação do investimento e despesa pública, quer ao nível da União Europeia (fundos estruturais) quer ao nível dos Estados-membros». A estratégia, acrescentou o chefe do Governo, implica uma maior intensidade do investimento na educação, na formação, na ciência e na tecnologia, bem como parcerias entre os sectores público e privado, nomeadamente em projectos de infra e info-estruturas, além do envolvimento do Banco Europeu de Investimentos e do Fundo Europeu de Investimentos. «A questão essencial é organizar melhor os recursos que temos para os canalizar para aquilo que é estratégico e crucial no processo de desenvolvimento», justificou o primeiro-ministro.



De acordo com o secretário-geral do PS, o objectivo da presidência portuguesa é ajudar a transformar a União Europeia, «à escala mundial e no prazo de dez anos, no espaço económico mais dinâmico e mais competitivo, com base na inovação e no emprego e de aprofundar a coesão social». Para António Guterres, «há uma dupla oportunidade» para as transformações desejadas: as boas perspectivas da evolução económica da União Europeia – é quando as expectativas são favoráveis que vale a pena e é possível mudar – e o novo paradigma de organização das economias e sociedades – que dá a inovação e ao conhecimento um papel decisivo. A Europa, ao criar as condições para o euro, já revelou capacidade para adoptar novas estratégias e novos métodos», lembrou o chefe do Governo.

Competir com os EUA e Japão

Na mesma sessão, o primeiro-ministro adiantou ainda que são necessários instrumentos políticos que possibilitem à União Europeia competir com os Estados Unidos da América e com o Japão.

«Estamos a assistir a um processo de concentração económica, não só nos Estados Unidos, mas também na Europa». Agora, de acordo com António Guterres, «são necessários instrumentos políticos» para consolidar a competitividade dada pela dimensão, tendo ainda referido que o documento da presidência portuguesa «tem o objectivo» de criar esses instrumentos políticos que faltam.

Respondendo aos jornalistas, o chefe do Governo declarou que a reconquista do pleno emprego vai fazer-se na Europa em novos moldes, garantindo também que o novo modelo para a União Europeia permitirá «outra flexibilidade no relacionamento entre a vida e o trabalho». Quanto à redução dos horários de trabalho, declarou que os modelos a seguir serão definidos pelos Estados-membros, insistindo, neste contexto, na ideia de flexibilidade. Questionado sobre a harmonização fiscal dos Quinze, o primeiro-ministro referiu estarem a ser feitas diligências por parte de Portugal para se avançar com este dossier. «Tem estado a ser discutido há décadas», lembrou o secretário-geral do PS, acrescentando que «ainda é cedo para se saber se as

diligências terão êxito».

No documento apresentado na segunda-feira, a presidência portuguesa defende uma política fiscal mais coordenada a nível europeu, mais «amiga do emprego» e mais «amiga da inovação», advogando ainda do Banco Europeu de Investimentos capitais de risco para as empresas inovadoras. Um «passaporte europeu» para as tecnologias da informação, ligação de todas as escolas europeias à Internet, expansão do comércio electrónico, lançamento da patente europeia, carta europeia das microempresas e erradicação da pobreza infantil até 2010 são também objectivos mencionados no documento a submeter à cimeira económica e social dos Quinze.

Calendário da Presidência portuguesa

António Guterres, que se encontrava acompanhado pelos ministros Pina Moura (Economia e Finanças), Ferro Rodrigues (Trabalho e Solidariedade), Oliveira Martins (Educação), Maria de Belém (Igualdade) e Mariano Gago (Ciência e Tecnologia), falou ainda sobre os relatórios pedidos a diversos peritos internacionais para apoio dos objectivos visados no documento. A cimeira de Lisboa insere-se numa linha de acção mais vasta que começou com uma audição internacional e que vai prosseguir durante a presidência portuguesa com mais um Conselho Europeu, em Junho, 14 conselhos de ministros sectoriais da União Europeia, um «forum» de alto nível e sete conferências interministeriais.

O papel dos parceiros sociais, a estratégia europeia para o emprego, a economia global e a identidade europeia, o ensino ao longo da vida, a sociedade de informação e do conhecimento e a protecção social como factor produtivo são temas de conferências integradas nesta estratégia e que vão ter lugar até ao final do semestre da presidência portuguesa da União Europeia.

Na mesma sessão, o ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, considerou uma grande vitória o facto de a sociedade de informação e do conhecimento surgir como central na definição da estratégia e do emprego da União Europeia. Portugal vai preparar um Plano de Acção Europeu para a Sociedade de Informação e do Conhecimento, cujos objectivos e orientações serão apreciados na cimeira de Lisboa de líderes da União Europeia, a 23 e 24 de Março. As linhas orientadoras desse documento são a iniciativa «e-Europa», cujo objectivo é a sociedade de informação para todos, o alargamento do espaço europeu de investigação e a definição de uma estratégia do emprego na sociedade de informação.

GUTERRES QUER ALARGAR AGENDA DA CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL

Os eurodeputados socialistas estiveram reunidos na Assembleia da República durante dois dias. Na reunião, o primeiro-ministro e secretário-geral do PS concordou com uma das principais reivindicações do Parlamento Europeu: a agenda da Conferência Intergovernamental deverá ser alargada a questões como a segurança europeia e os direitos fundamentais. O líder dos eurodeputados do PS em Estrasburgo, António José Seguro, mostrou-se confiante no dinamismo da presidência portuguesa da União Europeia. Na qualidade de presidente da Internacional Socialista, em Turim, Itália, o camarada António Guterres voltou a defender a necessidade de uma nova síntese ideológica, alertando para a necessidade de regular o fenómeno da globalização e para a importância da existência de blocos regionais fortes num mundo multipolar.



António Guterres assegurou sexta-feira passada, após uma reunião com a direcção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu (PSE), que a presidência portuguesa da União Europeia tentará obter um consenso para que a agenda da Conferência Intergovernamental (CIG) venha a ser alargada a questões como a segurança europeia e os Direitos Fundamentais. No final desta reunião de dois dias, que decorreu na Assembleia da República, o chefe do Governo defendeu «uma evolução em matéria de defesa» no Tratado da União Europeia. «Pensamos que isso é necessário depois das conclusões de Helsínquia e dos progressos que estamos a fazer para criar uma componente de segurança e de defesa nas políticas da união», justificou o secretário-geral do PS. Quantos aos trabalhos em curso sobre a Carta dos Direitos Fundamentais, o chefe do Governo sublinhou que esses trabalhos não são coordenados pela presidência do Conselho Europeu. Mesmo assim formulou o desejo de que houvessem condições para fazer convergir esse processo com a da CIG. Recorde-se que a posição portuguesa na cimeira de Helsínquia foi favorável a uma participação do Parlamento Europeu bastante mais ampla e a uma agenda também mais aberta do que aquilo que acabou por ser aprovado. Na reunião do Grupo Parlamentar do PSE, participaram também os presidentes e os coordenadores socialistas das comissões

do Parlamento Europeu e ainda Seixas da Costa, Ferro Rodrigues, António Vitorino, Fernando Gomes, Eduardo Cabrita e Mário Soares.

Na conferência de imprensa conjunta que teve lugar depois do final dos trabalhos, o espanhol Baron Crespo e o líder dos eurodeputados socialistas portugueses em Estrasburgo, António José Seguro, defenderam igualmente o alargamento da agenda da CIG a áreas como a Carta dos Direitos Fundamentais e aspectos de segurança e defesa. «Pensamos que a Carta dos Direitos Fundamentais deve fazer parte da reforma dos tratados», afirmou Baron Crespo, presidente do Grupo Parlamentar do PSE. Para os socialistas europeus, emprego, coesão social e crescimento são os três lados de um triângulo equilátero muito importante. «Nós, socialistas, defendemos mais pontos na agenda da CIG», declarou António José Seguro, ao mesmo tempo que manifestava a esperança de que a presidência portuguesa da União Europeia consiga influenciar alguns países para esse alargamento a áreas como os direitos de cidadania e as questões de defesa. «Neste momento, tanto pela prestação do secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, como na Comissão de Assuntos Constitucionais, como ainda por aquilo que ouvimos ao longo dos dois dias de reunião, há

garantias de que a presidência portuguesa, não podendo fazer milagres, vai desenvolver todos os esforços para alargar a agenda», acentuou o dirigente do PS.

Prioridade à segurança e justiça

A reunião de sexta-feira do Grupo Parlamentar do PSE começou por registar uma intervenção do comissário europeu António Vitorino, que falou, designadamente, sobre a aplicação dos critérios relacionados com liberdade e justiça às questões do alargamento. O segundo orador da sessão, o ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, debruçou-se sobre as prioridades da presidência portuguesa, nomeadamente em matéria de criação de um sistema europeu de asilo e de um Instituto Superior de Polícia Europeia e ao combate às redes criminais e de tráfico de seres humanos. Durante a presidência portuguesa da União Europeia, estão previstos um encontro europeu de comandantes de polícias e uma conferência sobre o futuro do direito de asilo na União Europeia. O secretário de Estado Adjunto da Justiça, Eduardo Cabrita, falou da conferência sobre a prevenção da criminalidade marcada para o Algarve e adiantou que uma das principais linhas de orientação da presidência portuguesa é o chamado terceiro pilar do Tratado de Amsterdão: a

Europa como espaço de liberdade, segurança e justiça.

No primeiro dia da reunião que decorreu na Assembleia da República, o eurodeputado António José Seguro defendeu que a presidência portuguesa da União Europeia deverá ser activa no processo de alteração da agenda para a CIG. «Queremos uma presidência activa que impulse outros governos mais renitentes a alargar a agenda», sustentou. A agenda da CIG prevê o debate sobre a constituição da Comissão Europeia, a ponderação de votos entre os pequenos e os grandes países e a extensão das votações por maioria qualificada. O Parlamento Europeu quer no entanto introduzir temas como a Carta de Direitos Fundamentais e aspectos da política de segurança e defesa.

Guterres defende nova síntese

Entretanto, na semana passada, o camarada António Guterres, na qualidade de presidente da Internacional Socialista, participou em Turim, Itália, no congresso do partido italiano dos Democratas de Esquerda (DS). O presidente da Internacional Socialista preconizou que os partidos sociais-democratas e socialistas adoptem uma nova síntese ideológica que coloque o ser humano no centro das preocupações. «Queremos uma síntese capaz de interpretar a melhor tradição do pensamento liberal de esquerda, que não deve ser confundido com neoliberalismo, mas que chame a nossa atenção para a importância da iniciativa da expansão da responsabilidade dos cidadão no âmbito de uma sociedade solidária», advogou. Depois de salientar que a educação constitui a prioridade absoluta para as sociedades democráticas, António Guterres considerou que o triângulo estratégico, educação, formação e emprego, assume um carácter essencial para a redescoberta do pleno emprego como objectivo da política económica dos sociais-democratas e dos socialistas democráticos. Para o secretário-geral do PS, é necessário assegurar não só a «governabilidade da globalização» e a capacidade de «regular a globalização económica dos mercados», mas também «a globalização cultural e da informação». O presidente da Internacional Socialista defendeu igualmente ser importante «reforçar o papel das organizações mundiais», como o Tribunal dos Direitos do Homem. Segundo António Guterres, é ainda essencial «criar organizações políticas regionais fortes, para que se possa construir um mundo multipolar, equilibrado, favorável à manutenção da paz, da estabilidade e da justiça».

JUSTIÇA COM MAIS MAGISTRADOS

O Governo do PS aprovou na semana passada, em Conselho de Ministros, uma proposta de lei que visa o reforço do número de magistrados e prepara-se para incluir no Orçamento de Estado de 2000 incentivos para as partes colocarem voluntariamente termo a muitos processos. O objectivo destas medidas é contribuir para resolver as dificuldades com que se defronta o sistema judicial português, no qual todos os anos entram 700 mil novos processos, são concluídos mais de 600 mil e há ainda um milhão de processos pendentes.



Uma das medidas constantes no diploma – permitir o encurtamento do período de estágio dos magistrados – vai possibilitar já em Março a nomeação de 60 novos juizes e 55 magistrados do Ministério Público, afirmou o ministro da Justiça, António Costa. De acordo com o membro do Governo e dirigente socialista, o diploma prevê também o recurso a juizes jubilados que aceitem voluntariamente retomar o exercício da sua profissão e a nomeação temporária, mediante concurso público, como juizes de licenciados em direito de comprovada idoneidade. Entre outros aspectos, António Costa referiu que, para além dos 700 mil novos processos que entram todos os anos nos tribunais, há em Portugal cerca de um milhão de processos pendentes. «O Governo precisa da colaboração das pessoas com vista a que muitos destes processos possam concluir-se por mútuo acordo», salientou o titular da

pasta da Justiça. Nesse sentido, adiantou, o Orçamento de Estado de 2000 irá incluir um conjunto de estímulos para os processos que, tendo entrado até ao final de Dezembro último, venham a ser concluídos até ao final do corrente ano por desistência, acordo ou transferência para uma solução arbitral. Esses estímulos incluem a isenção da taxa de justiça (as chamadas custas) para quem ponha termo ao processo e também um incentivo em matéria fiscal «que será revelado com a proposta de lei de Orçamento». No conjunto dos países europeus, Portugal tem um número muito elevado de magistrados por habitante, mas 70 por cento dos processos pendentes nos tribunais estão concentrados em Lisboa e no Porto, e em algumas comarcas das áreas metropolitanas. «Temos também um mapa de tribunais muito desconcentrado (o que é correcto porque a justiça deve estar próxima dos cidadãos), mas que nos impede de termos 70 por cento dos magistrados concentrados em Lisboa e no Porto», indicou o ministro do Governo socialista.

Depois de sublinhar que o Governo pretende

resolver os processos pendentes, o titular da pasta da Justiça lembrou que, para isso, tem estado a tomar medidas no sentido de um reforço dos meios humanos, no qual se inclui o diploma aprovado na semana passada. Para o efeito, foram também descongeladas as mil vagas que existem no quadro de oficiais de justiça, que entrarão em formação ao serviço dos tribunais a 15 de Setembro. «E foi ainda por isso que entraram este mês ao serviço o primeiro lote de assessores, que apoiarão o trabalho dos magistrados. O Centro de Estudos Judiciários tem instruções para promover um segundo curso de assessores, para que em 15 de Setembro deste ano (início do próximo ano judicial) esteja também completo o quadro de assessores», referiu ainda o ministro da Justiça.

No que toca à informatização do sistema, o Governo decidiu também antecipar o calendário que estava previsto e fixou que, «até Dezembro de 2001, toda a rede informática estará instalada». De acordo com António Costa, «é também necessário agilizar os mecanismos processuais», ao mesmo tempo que refutou a ideia de criar nos portugueses «a ilusão de que problemas difíceis, complexos, que atingem gravemente a cidadania das pessoas se resolvem com

uma varinha mágica».

De referir que a proposta de lei acolhe uma medida incluída no programa eleitoral do PSD. Também por este motivo, o ministro da Justiça mostrou-se confiante na aprovação do diploma na Assembleia da República. A proposta de lei «acolhe uma medida que constava expressamente no programa eleitoral do PSD, que nós humildemente reconhecemos ser uma boa solução, que é a possibilidade de nomeação de juizes jubilados», explicou António Costa. Questionado sobre a ideia de Durão Barroso se promover uma revisão extraordinária da Constituição, como forma de contribuir para solucionar os problemas na justiça, António Costa recusou qualquer revisão antes do período normal, isto é, Setembro de 2002. «Os problemas da justiça não se resolvem com revisões constitucionais, mas com rigor, determinação e com intervenção sobre cada um dos pontos de bloqueio do sistema de justiça», acrescentou o membro do Governo. Ainda de acordo com este dirigente do PS, «a revisão constitucional é habitualmente o recurso a que alguns políticos recorrem quando querem resolver um problema e não sabem como. Revisões para fingir que se resolvem os problemas sou contra», frisou António Costa.

CONSELHO DE MINISTROS Reunião de 13 de Janeiro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um projecto de proposta de lei que consagra medidas que alargam os instrumentos de gestão ao dispor dos Conselhos Superiores de Magistratura;
- Um diploma que altera o artigo 26º da Lei Orgânica do Centro Nacional de Pensões - adequando a área de recrutamento e a retribuição da função de «conferente» ao novo regime da carreira de assistente administrativo constante do decreto-lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
- Um decreto-lei que altera a redacção dos artigos 1º, 5º, 8º e 15º dos Estatutos da Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento;
- Um decreto-lei que transpõe para a direito interno as directivas comunitárias que alteram a Directiva 93/16/CEE do Conselho, de 5 de Abril, destinada a facilitar a livre circulação dos médicos e o reconhecimento mútuo dos seus diplomas, certificados e outros títulos;
- Uma proposta de resolução que aprova a convenção entre a República Portuguesa e a República de Singapura para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, assinada em Singapura em 6 de Setembro de 1999;
- Uma proposta de resolução que aprova o acordo entre a República Portuguesa e a República da Letónia relativo a transportes internacionais rodoviários de passageiros e mercadorias, e respectivo protocolo, assinados em Varsóvia a 20 de Maio de 1999;
- Uma proposta de resolução que aprova a convenção entre a República Portuguesa e o Reino dos Países Baixos para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento e o capital, assinado no Porto em 20 de Setembro de 1999;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares, adoptado pela resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 50/245, de 9 de Setembro de 1996;
- Uma proposta de resolução que aprova, para assinaturas, o acordo entre a República Portuguesa e a República Árabe do Egipto sobre a promoção e a protecção recíprocas de investimentos, assinado no Cairo, em 28 de Abril de 1999;
- Um decreto que aprova o Acordo Geral de Cooperação entre a República Portuguesa e a República do Mali, assinado em Lisboa, em 14 de Setembro de 1999;
- Um decreto que sujeita a servidão militar as instalações do prédio militar da Groitinha, sito em Arrifes, Concelho de Ponta Delgada.

DESTAQUE – CM

Democracia

PLURALISMO: PS ACOLHE PROPOSTA DO PSD

O Executivo socialista deu luz verde à proposta de lei que acolhe uma medida incluída no programa eleitoral do PSD. O anúncio foi feito, no passado dia 13, pelo ministro da Justiça, António Costa, que se mostrou confiante na aprovação do diploma pelo Parlamento. O referido documento acolhe «uma proposta que constava expressamente do programa eleitoral do PSD que nós humildemente reconhecemos ser uma boa solução, que é a possibilidade de nomeação de juizes jubilados», explicou. As medidas constantes da proposta de lei foram já anunciadas no debate do programa do Governo e reafirmadas pelo ministro na respectiva comissão parlamentar, disse ainda António Costa. Questionado sobre a ideia de Durão

Barroso de promover uma revisão extraordinária da Constituição como forma de contribuir para solucionar os problemas da justiça, António Costa disse não ser favorável a qualquer revisão antes do seu período normal, isto é, Setembro de 2002. «Os problemas da justiça não se resolvem com revisões constitucionais mas com rigor, determinação e com intervenção sobre cada um dos pontos de bloqueio do sistema da justiça que são hoje conhecidos», acrescentou. «A revisão constitucional é habitualmente o recurso a que alguns políticos recorrem quando querem resolver um problema e não sabem como. Revisões constitucionais para fingir que se resolvem problemas sou contra», frisou.

GOVERNO

PELO PAÍS

Governação Aberta

CIÊNCIA

Todos os distritos do País serão dotados de pelo menos um Centro de Ciência Viva até 2007, garantiu, no dia 14, em Faro, o ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago.



Em declarações proferidas durante uma visita de trabalho que efectuou ao Algarve, Mariano Gago sublinhou que esta «grande meta» do Executivo está inscrita no III Quadro Comunitário de Apoio (QCA) e no Plano de Desenvolvimento Científico Português até 2007.

«Cada distrito vai ter pelo menos um Centro de Ciência Viva até 2007, mas tudo faremos para que a rede nacional destas estruturas fique concluída antes», disse o governante ao referir que as principais limitações não são financeiras mas sim ao nível de recursos humanos especializados para operar nos locais.

Mariano Gago sublinhou que o Governo pretende criar no País uma rede de Centros de Ciência Viva com «qualidade nacional», mas ao mesmo tempo com «enraizamento e empenhamento local».

«Os Centros de Ciência Viva para terem essa designação têm que ter uma qualidade nacional e responder a objectivos nacionais que prestigiem o País, uma vez que são visitados e divulgados internacionalmente», disse.

O ministro chamou a atenção para o facto de os Centros de Ciência Viva «não serem fabricados em Lisboa e mandadas as chaves para cada um dos sítios», apelando assim à colaboração de todos os agentes locais e regionais na sua implementação.

Neste momento já existem em Portugal os Centros de Ciência Viva de Faro (o primeiro a ser criado), o Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa, o Centro Infante Dorn Henrique, em Coimbra, e o Planetário do Porto.

CULTURA

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, anunciou, no dia 13, em Lisboa, a realização dos «Estados Gerais do Património Cinematográfico na Europa», uma iniciativa que decorrerá em Sintra, entre os dias 10 e 12 de Março.

No final da reunião com o Grupo Parlamentar do PS, nas instalações da Assembleia da República, Carrilho sublinhou ainda que as conclusões desses «Estados Gerais» serão depois enviadas a todos os titulares de pastas da cultura de países membros da União Europeia (UE).

Integrada na presidência portuguesa da UE,

a reunião de Sintra contará com a participação de especialistas de todos os Estados-membros, sendo estendida a responsáveis de países candidatos à adesão.



As conclusões irão depois traduzir-se numa espécie de «Livro Branco» do património cinematográfico.

Após o encontro com os deputados socialistas, destinado a afinar a estratégia cultural do Partido do Governo até ao final da legislatura, Manuel Maria Carrilho reiterou a sua intenção de reapresentar até Março, no Parlamento, uma nova Lei de Bases do Património.

DEFESA

O ministro da Defesa, Castro Caldas, afirmou, no dia 14, em Odivelas, a sua disponibilidade para receber em audiência as associações representativas dos militares. Castro Caldas falava aos jornalistas no final da cerimónia comemorativa do 1º centenário do Instituto de Odivelas, a quem o ministro atribuiu o estandarte nacional - o qual foi depois condecorado com a Ordem Militar de Avis, concedida pelo Presidente da República.

«O ministro da Defesa tem a obrigação de submeter à opinião das associações as medidas de carácter estatutário» e que «nada têm a ver com a cadeia de comando», referiu Castro Caldas, na presença do chefe do Estado-Maior do Exército (CEME). Castro Caldas acrescentou: «O ministro entende que é preciso modificar o artigo 31º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (relativo aos direitos dos militares), para o que também «há consenso parlamentar».

«O dever de audiência das associações é um *acquis*» da vida militar actual, e de que são exemplo as situações existentes na generalidade dos países europeus.

DESENVOLVIMENTO RURAL

O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural defendeu, no dia 13, na inauguração da IX Feira do Fumeiro e Presunto de Montalegre, que o futuro da agricultura das zonas de montanha passa pelos produtos tradicionais e certificados.

Vitor Barros considera que a grande estratégia destas zonas de montanha e menos desenvolvidas pode ser o produto diferenciado, e acrescenta que o País pode competir com este tipo de produtos.

«Quando Portugal aderiu à Comunidade

Económica Europeia, era considerado atrasado porque tinha muitos bens com pouca produtividade, e são esses produtos que hoje são procurados pelos consumidores».



Segundo o secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, há uma tendência de consumo muito forte nesta via, que o País tem de aproveitar.

«Saltámos, no fundo, do atraso para o grande avanço, porque temos este tipo de produtos para oferecer aos consumidores nacionais e internacionais».

Quanto à certificação dos produtos do Barroso, Vitor Barros referiu que ainda não aconteceu porque não tem havido necessidade, «as pessoas têm vendido tudo».

Mas para o governante, no futuro só se venderão produtos certificados, porque o consumidor precisa de ter muita confiança naquilo que come, e independentemente da falta de necessidade de certificar, é preciso caminhar nesse sentido.

EDUCAÇÃO

O Governo socialista abre, este mês, um concurso público para o preenchimento de horários escolares completos, prosseguindo a criação das 15 mil vagas para professores acordada com as organizações sindicais, afirmou, no dia 14, em Coimbra, o ministro da Educação.

Guilherme d'Oliveira Martins reagiu assim a uma manifestação de cerca de 40 docentes e dirigentes da Fenprof e do Sindicato dos Professores da Região Centro, que reclamam a atribuição de subsídios de desemprego e a vinculação de cerca de 12 mil profissionais contratados.

«Teremos a concurso praticamente todos os horários completos nas escolas, o que acontece pela primeira vez», afirmou.

O ministro aludiu ao acordo celebrado há dois anos com as organizações sindicais do sector para a criação efectiva de 15 mil vagas em escolas e zonas pedagógicas.

Em 1998 ficaram por preencher cinco mil vagas e o ano passado três mil, que o Executivo pretende recuperar este ano lectivo, através da abertura de novos concursos.

Nas últimas duas décadas, segundo constatou o ministro, o número de alunos no 1º ciclo baixou 50 por cento, enquanto os professores nessa área subiram de 30 mil para 40 mil.

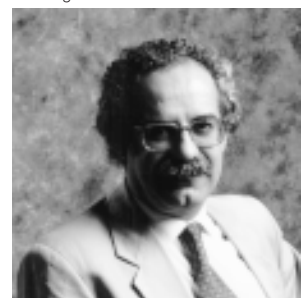
Na opinião de Oliveira Martins, os professores contratados correspondem

actualmente ao preenchimento de horários incompletos, substituição de docentes, e grupos ou disciplinas carenciadas.

Quanto ao subsídio de desemprego, o processo encontra-se na sua fase final e o Executivo irá acolher «muitas das propostas» apresentadas pelas organizações sindicais nos pareceres que emitiram.

PLANEAMENTO

O secretário de Estado do Planeamento, Ricardo Magalhães, disse, no dia 15, em Montalegre, que é necessário criar serviços de qualidade nos meios rurais para promover estas regiões e cativar cada vez mais turistas.



Ricardo Magalhães, que esteve em Montalegre para inaugurar o Centro Integrado de Lazer do Barroso, referiu que foi a conjugação da vontade política local e de gestores da Administração Central, com recursos financeiros e técnicos, que permitiu a realização deste projecto.

Segundo o governante o Centro Integrado de Lazer vai ajudar no desenvolvimento de Montalegre, criar emprego, zonas de recreio e de desportos, que vão ajudar na melhoria das condições de vida da comunidade.

O presidente da Câmara local explicou que o Centro Integrado de Lazer é um projecto que resultou de uma parceria entre o Inatel e a autarquia de Montalegre.

Fernando Rodrigues acrescentou que o espaço é o resultado de um protocolo celebrado a 10 de Setembro de 99, entre as duas instituições onde ficou acordado que a autarquia cede ao Inatel um bairro de sete casas de aldeia recuperadas, em Penedones.

O Inatel compromete-se a promover a região, contratar técnicos e estabelecer um programa de desporto, animação e lazer que irá privilegiar a natureza, concluiu o autarca. «Modalidades como o Parapente, BTT, passeios pedestres, caça e desportos náuticos são iniciativas a desenvolver de forma a atrair e a canalizar o turismo para Montalegre».

O presidente do Inatel, Eduardo Graça, declarou que a sua instituição decidiu investir em Montalegre devido às potencialidades naturais do concelho, como a Barragem de Penedones e a zona envolvente, para a prática de actividades ao ar livre, «bem como o empenhamento da autarquia na sua promoção».

«O Inatel aposta onde poucos são capazes de o fazer, em zonas com necessidades de estímulo ao desenvolvimento como acontece em Montalegre», disse Eduardo Graça.

DEPUTADA SÓNIA FERTUZINHOS

Violência doméstica

POR UMA ESTRATÉGIA COORDENADA E INTEGRADA



Falar de violência familiar é enunciar um atentado contra os Direitos Fundamentais da pessoa humana e implica, na óptica socialista, a procura

persistente de soluções rápidas, eficientes e eficazes.

Assim o demonstrou a deputada do PS Sónia Fertuzinhos, no dia 13, por ocasião do debate parlamentar em torno de dois diplomas relativos a este flagelo apresentados pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Comunista.

Na ocasião, Fertuzinhos fez questão de reafirmar o empenhamento socialista e a disponibilidade total do Partido de Governo em acolher «propostas sérias, com medidas e soluções que contribuam eficazmente para o combate à violência doméstica».

Num enquadramento geral da problemática discutida na Assembleia da República, a deputada do GP/PS explicou que tanto a proposta comunista como o diploma do BE não surgiram do nada.

É preciso, pois, levar em linha de conta o Plano Nacional Contra a Violência Doméstica aprovado em 1999.

Sónia Fertuzinhos disse, a respeito do Plano, que ele traça três grandes áreas de acção no combate a este crime que surge no seio familiar: a da prevenção; a da garantia efectiva de um apoio legal, económico e social eficaz às vítimas de violência doméstica; e a da obtenção de resultados ao nível da dissuasão dos agressores por um lado, e da confiança nos mecanismos e apoios de combate à violência por parte da vítima, por outro.

«No âmbito da prevenção, a deputada socialista catalogou o Plano Global Contra a Violência Doméstica como consistente pertinente e ousado nas medidas que contempla», disse.

«Refere nomeadamente a necessidade de intervir ao nível dos currículos escolares e da prática pedagógica desde a educação pré-escolar, a necessidade de campanhas de sensibilização da opinião pública no sentido de deixar claro de que a violência doméstica é um crime e responsabilidade da sociedade no seu todo», sublinhou.

A parlamentar do PS reiterou a sua convicção no imprescindível carácter fundamental de uma estratégia coordenada e integrada quando se pretende atingir uma resolução rápida e eficaz de situações de risco ou de

violência.

Neste sentido, Sónia Fertuzinhos lembra que «o Plano aponta medidas no âmbito da necessidade de criar condições para que as vítimas possam construir um projecto de vida autónoma».

«Apesar de considerarmos este Plano Nacional Contra a Violência Doméstica extremamente consistente na análise do problema que constitui a violência doméstica e nas medidas que aponta para o seu combate, temos a noção de que não existem varinhas de condão que resolvam uma questão tão complexa e com contornos tão dramáticos como aquela que debatemos», reconheceu.

Manifestando plena consciência da existência de resistências e dificuldades no terreno na aplicação da lei e no accionamento dos mecanismos de apoio Sónia Fertuzinhos falou sobre a necessidade de um «constante acompanhamento e investimento por parte das entidades responsáveis».

A propósito da acção do Executivo socialista, a deputada considerou que «nunca outro Governo assumiu tão claramente, tanto no seu discurso como nas medidas que adoptou, a sua vontade política no combate a um problema que

todos consideramos constituir uma violação dos direitos fundamentais da pessoa humana».

Na abordagem que fez das propostas do BE e do PCP Sónia Fertuzinhos frisou a natureza «globalmente positiva» dos mesmos, sublinhando que estes devem ter a oportunidade de serem discutidos em sede de especialidade.

A propósito da iniciativa do Bloco de Esquerda, que propõe apenas a alteração da classificação da violência contra as mulheres na família de crime semipúblico para crime público, a parlamentar do PS chamou a atenção para o facto de esta mudança provocar «dúvidas nomeadamente nalgumas associações que lutam e trabalham no dia-a-dia no apoio às vítimas da violência familiar».

«Quanto ao projecto de lei do PCP apresenta medidas de âmbito processual e penal, bem como institucionais e de organização administrativa que também devem ser discutidas e aprofundadas na especialidade tendo em conta mais uma vez os instrumentos, medidas e estruturas operacionais que já existem e cuja experiência e resultados do trabalho desenvolvido têm que ser devidamente aproveitados, concluiu.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO JOSÉ MIGUEL MEDEIROS

Gestão urbana

METRÓPOLES: OBSESSÃO LARANJA

O projecto de lei laranja que prevê a criação da Área Metropolitana do Distrito de Leiria é «técnica-mente indefensável».

O alerta foi lançado pelo deputado socialista José Miguel Medeiros, na sessão plenária do dia 13, na Assembleia da República.

Medeiros considerou «lamentável» que o diploma apresentado não seja mais do que «uma transcrição pura e simples e a multiplicação pelo País de um figurino cuja aplicação às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto se tem revelado totalmente inoperante e ineficaz».

Para o parlamentar do GP/PS, «a coincidência da pretensa Área Metropolitana de Leiria com a unidade administrativa que é o distrito revela bem a falata de seriedade técnica e política da proposta de lei».

«Com efeito, juntar numa mesma estrutura supramunicipal, especialmente vocacionada para a gestão das realidades urbanas de elevada densidade, concelhos e subregiões com razoáveis taxas de urbanização e outros de índices de ruralidade por de mais evidente é, no mínimo paradoxal», exclamou.

Segundo fez questão de salientar o deputado socialista, as Áreas Metropolitanas não surgem por decreto,

«antes reconhece-se a sua existência, criando as soluções institucionais para a resolução dos problemas de âmbito metropolitano daí decorrentes».

«Não faz sentido criar uma estrutura para a resolução de problemas que de facto não existem, pois pura e simplesmente não existe uma realidade verdadeiramente metropolitana em Leiria», reiterou.

Quanto aos limites territoriais da proposta Área Metropolitana de Leiria, José Miguel Medeiros frisou a ausência da sua explicitação no diploma apresentado a debate pelo PSD, revelando a «falta de rigor» e até de «convicção» com que foi lançado este projecto.

Sem prejuízo das considerações anteriores, que fundamentam a posição discordante do PS em relação ao projecto do PSD, o deputado da bancada socialista disse que o Partido de Governo «reconhece a necessidade de criação de uma Lei-Quadro para as Grandes Áreas Urbanas, metropolitanas e não metropolitanas».

Nesta lei, adiantou, seriam definidas as diferentes «soluções institucionais de gestão supramunicipal adequadas à realidade urbana nacional, de país macrocefalo, com uma rede de cidades médias externamente débil».

MARY RODRIGUES



TUDO APONTA PARA A EXCELÊNCIA DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA



«A República Portuguesa também assume neste semestre a presidência da UEO. E assume a presidência da UEO quando a União Europeia (UE) parece despertar de uma infinda letargia em matéria de defesa própria», disse no dia 5 de Janeiro, na AR, o deputado do PS Medeiros Ferreira.

«A questão do Kosovo foi apenas o despertador mais estridente para esse levantar de forças que agita as principais potências europeias. No Programa de Trabalho apresentado pelo MNE sobre a Presidência Portuguesa encontra-se entre os seus objectivos prioritários o de: dar sequência às decisões tendentes ao estabelecimento, no seio da UE, de futuras capacidades próprias no domínio da segurança e da defesa, num quadro de coerência com o reforço das dimensões de acção diplomática externa comum e em compatibilidade com outros compromissos assumidos por Estados-membros, nomeadamente no quadro da Aliança Atlântica», disse.

Segundo referiu, «os novos elementos constituídos pela flexibilização da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) no Tratado de Amsterdão, pela introdução da zona euro e por uma nova postura da Grã-Bretanha em matérias de defesa europeia, tornam a presidência portuguesa da UE e da UEO sensível ao voluntarismo da ocasião, a que Xavier Solana empresta os créditos dos seu protagonismo pessoal e multi-institucional (alto-representante para a PESC e, cumulativamente secretário-geral da UEO)».

Recordou, a propósito, que «quer a presidência alemã quer a presidência finlandesa estabeleceram orientações com vista à criação de uma Política Europeia Comum de Segurança e Defesa (PESCD) e de uma capacidade operacional credível que passará pela integração das principais funções da UEO na União Europeia».

Um dos elementos que se prevê venham a ser criados durante a presidência portuguesa, segundo referiu, «é o novo Comité Político de Segurança e Defesa que se articulará com um futuro Comité Militar.»

«O Conselho Europeu de Helsínquia, no relatório da respectiva presidência finlandesa foi ao ponto de propor um mapa para o "seguimento do processo durante a presidência portuguesa". Tenho a certeza que o actual governo português se desempenhará cabalmente de mais esta tarefa», disse.

Há, porém, disse, «um ponto nessas indicações para o futuro relatório a elaborar pelo Governo português que deve merecer uma atenção especial.»

Com efeito, referiu, «coloca-se a questão de uma, e cito, "eventual necessidade de uma alteração do Tratado" que só poderá ocorrer no âmbito da próxima C.I.G., com início marcado para Fevereiro».

«Verifica-se que as futuras competências em matéria de política de defesa comum ficam concentradas no Conselho de Ministros, em especial no Conselho de Ministros dos Assuntos Gerais, em que se passará também a sentar-se o Ministro da Defesa. Também se há-de criar os dois órgãos para ajuda ao Conselho e ao Senhor PESC secretário-geral da UEO».

Porém, alertou, «nenhuma palavra é dita,

quer nas conclusões da presidência finlandesa, quer nos relatórios da presidência do Conselho Europeu de Helsínquia, sobre o papel dos parlamentos na fiscalização da política de defesa comum».

Com efeito, frisou, «a operação em curso - passar do conceito de IESD para uma entidade que a formalize - é uma operação muito delicada. Entre Identidade e Entidade há difíceis passos organizacionais a ter em conta».

«Entre esses passos conta-se o da manutenção da fiscalização parlamentar das matérias respeitantes à política de defesa comum. Sem querer beliscar o Parlamento Europeu é óbvio que este, por si só, não está em condições de preencher este papel. E não se pode ser mais exigente em termos de Direito internacional e menos cuidadoso em termos de fiscalização parlamentar dos actos relacionados com a política de defesa comum. Dito de outro modo, não se pode ser menos legalista no plano interno do que se pretende ser no plano externo».

Haverá, pois, sublinhou, «que garantir o controlo democrático e parlamentar da futura política europeia de defesa comum. Neste momento esta é a minha principal preocupação como deputado e como presidente da delegação da AR à Assembleia da UEO. Esta, na medida das suas possibilidades, tem vindo a assegurar alguma participação parlamentar nestas matérias e não se pode encerrar a sua extinção antes de uma clara consagração no Tratado da União Europeia do

acompanhamento parlamentar da política de defesa comum».

Para o deputado do PS, «nesta fase inicial do processo de integração da UEO na UE não se pode perder de vista esta questão da legitimidade parlamentar de uma Política Europeia Comum de Segurança e Defesa, quiçá a ser plasmada juridicamente na futura CIG/2000 por proposta do Governo português».

Adiantou que «não se trata, claro está, de consagrar o que já está consagrado, ou seja, o papel de cada parlamento nacional em matérias de defesa e de política militar. Trata-se, isso sim, de encontrar fórmulas que permitam a fiscalização parlamentar conjunta dos Estados que, numa base voluntarista, venham a levantar essa força de reacção rápida estimada em 60 mil homens para o ano 2003. Poderia ser a COSAC, caso esta tivesse algum poder. Poderá ser uma delegação dos parlamentos nacionais, a exemplo do que acontece hoje com a Assembleia da UEO. Deverá ser o papel de um futuro Senado em conjunto com o Parlamento Europeu. Mais tarde, claro».

Para Medeiros Ferreira, «muitas são as hipóteses a considerar para se garantir a fiscalização parlamentar da PESC e Defesa Comum», sublinhando que a omissão desta fiscalização é que é e será inadmissível.

«Tenho a certeza que o actual Governo português presidido por António Guterres saberá tratar convenientemente desta questão. Saberá tratar desta e de outras questões. Tudo aponta para a excelência da presidência portuguesa», disse. **J. C. C. B.**

GP/PS Voto

PESAR POR MORTES «SUSPEITAS»

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista manifestou, no dia 18, na Assembleia da República, «o seu profundo pesar pela morte de Álvaro Rosa Cardoso e Paulo Silva».

A bancada do PS exprimiu, igualmente, o seu «empenhamento na política de prevenção e sancionamento e quaisquer manifestações de abuso no relacionamento entre as Forças de Segurança e os cidadãos».

O GP/PS considerou ainda «importante», o «pronto desencadeamento dos inquéritos já em curso», pronunciando-se pela urgente conclusão dos mesmos, «com todas as consequências legalmente previstas.

Recorde-se que os inquéritos acima referidos foram abertos, nos termos da lei, pelo Ministério Público e pela Inspecção-Geral da Administração Interna, numa tentativa de esclarecimento das mortes dos

cidadãos Álvaro Rosa Cardosos e Paulo Silva, no passado dia 14.

Álvaro Rosa Cardoso fora detido no Bairro de Aldoar, no Porto, na sequência de uma intervenção da PSP local, e transportado para a esquadra de Pinheiro Manso, tendo mais tarde sido levado para o Hospital de Santo António, onde viria a falecer, vítima de «lesões graves».

Por seu turno, Paulo Silva, que tinha sido transportado para o Hospital de São João, vindo do Bairro do Cerco, morreu na sequência de múltiplas fracturas, cuja origem, hora exacta de ocorrência e autoria estão ainda em averiguação.

Acusações de violência policial entretanto formuladas estão a ser objecto de inquérito. A confirmarem-se estas suspeitas as mortes de Álvaro Rosa Cardoso e Paulo Silva constituiriam dois exemplos de graves violações dos direitos humanos a registar, excepcionalmente, em Portugal. **M.R.**

GP/PS Constituição

ASSIS COLOCA CONDIÇÕES PARA REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONSTITUIÇÃO

O Grupo Parlamentar do PS apenas aceitará entrar num processo extraordinário de revisão constitucional, se verificar a existência de pontos em comum para discutir com o PSD.

Segundo o líder da bancada socialista, apesar de algumas medidas constantes no programa do governo poderem implicar uma revisão da Lei Fundamental, a proposta que saiu das Jornadas Parlamentares do PSD «é extremamente vaga».

Recorde-se que o agora contestado líder do PSD, Durão Barroso, admitiu, qual varinha mágica, na referida reunião propor uma revisão extraordinária da Constituição para solucionar os problemas da justiça em Portugal.

«Caso não exista possibilidade de consenso logo à partida, a revisão extraordinária da Constituição é inútil», afirmou Francisco Assis.

Lutas intestinas no laranja

A direcção da bancada socialista diz suspeitar que a proposta do PSD se deveu mais a motivos de ordem interna, designadamente à luta de protagonismo entre o presidente do partido, Durão Barroso, e o ex-líder parlamentar laranja, Marques Mendes.

A Assembleia da República pode rever a Constituição decorridos cinco anos sobre a data da publicação da última lei de revisão ordinária (20 de Setembro de 1997).

O Parlamento pode, contudo, assumir em qualquer momento poderes de revisão extraordinária por maioria de quatro quintos dos deputados em efectividade de funções.

DEPUTADA LUÍSA VASCONCELOS

Mecenato social

A SOLIDARIEDADE DEVE SER DESINTERESSADA

«Para o PS, a solidariedade social deve ser encarada como o exercício de uma responsabilidade civil, partilhada, onde se inclui certamente a figura do mecenato. Mas é igualmente certo que o Estado tem deveres indeclináveis nestes domínios», afirmou no dia 13 a deputada do GP/PS Luísa Vasconcelos.

«É neste sentido, com esse reconhecimento e essa responsabilização, que a promoção destes direitos tão fundamentais tem vindo e continuará a ser abordada, pelo Governo e pela maioria parlamentar que o apoia, nomeadamente, no plano global de igualdade de oportunidades, no plano nacional de Emprego, na relação com as IPSS e no âmbito da presidência da UE», acrescentou.

No entanto, ressaltou, «não significa isto que não haja lugar para a generosidade individual, ainda que casuística e incerta». Segundo Luísa Vasconcelos, «o apoio privado ao social pode, de facto, actuar como um complemento à acção pública». A deputada da bancada do PS salientou, de acordo com os poucos estudos disponíveis, o desinteresse da maioria das empresas, relativamente à prática mecenática.

Ainda assim, referiu, «o móbil do benefício fiscal, ou da promoção da imagem institucional da empresa, são identificados como estímulos à prática do mecenato, dessa forma se desvirtuando, pelo interesse, o que poderia ser, por definição, uma prática solidária, desinteressada».

Luísa Vasconcelos, neste contexto, alertou: «Não se confunda, portanto, o espaço de acção do Estado com as mercês de alguns, quando de projecto tão de direito se trata».



Confusão perniciosa

Seguramente, adiantou, «o próprio PP tem consciência de que seria ineficaz e insuficiente proteger situações tão fundamentais, com um mero exercício de apoios fiscais, de impactos infelizmente limitados».

Por outro lado, disse, «seria uma confusão perniciosa – que o PS não alimentará – sugerir que se pode resolver com medidas fiscais deste tipo, todo o complexo problema de ajuda às mulheres que, em circunstâncias ainda muito difíceis, recorrem ao aborto».

Fazê-lo, salientou, «seria querer promover a protecção de direitos fundamentais, com práticas que, por serem tão exíguas, desvirtuam o que deve ser essa mesma protecção».

J. C. CASTELO BRANCO

CHILE

Voto de congratulação

GP/PS SAÚDA VITÓRIA DE RICARDO LAGOS

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista propôs, no dia 18, um voto de congratulação à Assembleia da República pela vitória do socialista Ricardo Lagos nas eleições presidenciais chilenas.

No texto, a bancada do PS entende que o Parlamento se deverá congratular «com a vitória do homem de Estado, do democrata e do progressista que Ricardo Lagos indiscutivelmente é, encarando esse triunfo como um passo decisivo para o aperfeiçoamento da democracia, da liberdade e da justiça na República do Chile».

Ainda como argumentos para que as outras bancadas acompanhem o voto

proposto pelo partido do Governo, que deverá ser votado hoje, o PS recorda que «a difícil transição operada no Chile desde 1988 só foi possível pela razoabilidade heróica dos democratas perseguidos pela ditadura opressora do general Pinochet». No voto, os deputados do GP/PS sublinham ainda que o Presidente chileno Ricardo Lagos «teve um papel decisivo na derrota do general Pinochet no referendo de 1988», ao aliar-se às forças da democracia-cristã, e que os próprios militantes socialistas chilenos «aceitaram compromissos corajosos com as forças conservadoras que permitiram a descompressão política naquele país».

GP/PS

Aborto

CONDIÇÕES PARA RETOMAR LIBERALIZAÇÃO EM 2003?

O presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Francisco Assis, levantou, na passada quinta-feira, dúvidas sobre se poderão existir condições políticas para uma discussão sobre despenalização do aborto até ao final da presente legislatura.

«Neste momento, não existem condições mínimas para ser retomada a questão da despenalização do aborto», disse Assis.

«Hoje, também não estou em condições de dizer quando é que esse tema poderá voltar a ser discutido» na Assembleia da República, acrescentou o líder da bancada socialista.

Uma vez mais, Francisco Assis afirmou ser «desejável que ninguém contribua para a precipitação» da polémica do aborto, porque, na prática, «estará a inviabilizar a aprovação de uma nova lei».

Quanto ao sentido de voto favorável do PS em relação ao projecto de lei do PP de «mecenato para a vida», Assis assegurou não estar perante qualquer inflexão de posições.

«Uma coisa é a existência de condições para uma maternidade com dignidade, outra coisa é a despenalização do aborto», respondeu o presidente do GP/PS.



DEPUTADO MIGUEL TEIXEIRA

Região de Basto

JUSTA DISTRIBUIÇÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS PARA SUPRIR ASSIMETRIAS

O deputado socialista Miguel Teixeira, eleito pelo Círculo de Braga, reclamou no dia 12 uma distribuição equilibrada dos fundos comunitários, para suprir assimetrias regionais e tirar a região de Basto do atraso em que tem vivido.

Numa intervenção no Parlamento, no período de antes da Ordem do Dia, Miguel Teixeira defendeu «a correcção das assimetrias regionais através do III Quadro Comunitário de Apoio e uma verdadeira descentralização, com reformas corajosas que promovam a fixação das populações».

Fixação das populações

«Se assim não for, as Terras de Basto continuarão com o fadário de serem zona

de transição entre o Minho e Trás-os-Montes, vendo os benefícios do litoral a fugirem-lhe, por um lado, e os benefícios da interioridade a escaparem-lhe pelo outro», sublinhou.

O fadário da região - prosseguiu - «traduz-se na fuga dos mais jovens, que, na falta de perspectivas de fixação, abandonam a terra e só regressam depois de aposentados, dando assim a sua força de trabalho e as suas vidas a outras zonas mais desenvolvidas do país».

Lembrando a crónica ausência de acessibilidades e o encerramento da linha ferroviária do Tâmega, Miguel Teixeira congratulou-se com o recente lançamento da auto-estrada A7, que ligará Guimarães a Vila Pouca de Aguiar, atravessando as Terras de Basto.

PARIS

Seixas da Costa defende

REALISMO E AMBIÇÃO NA REFORMA DAS INSTITUIÇÕES

O secretário de Estados dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, defendeu no dia 12 em Paris «realismo e ambição» na reformas das instituições europeias.

Na capital francesa onde iniciou um périplo pelos Estados-membros da UE, a fim de preparar a Conferência Intergovernamental (CIG), Seixas da Costa teve um encontro de trabalho, seguido de almoço com o seu homólogo francês, Pierre Moscovici, e reuniu-se igualmente com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Hubert Védrine, e com o conselheiro diplomático do Presidente Jacques Chirac.

Seixas da Costa referiu que Portugal e a França «estão a ter um trabalho de coordenação das duas presidências bastante efectivo e concreto» e que «há uma aproximação comum em termos dos nossos objectivos».

No capítulo da CIG, Portugal tem «ambição», mas também «é realista». «É evidente que no âmbito da UE há sempre esta tensão entre a necessidade de aprofundar a União através de reformas de grande dimensão e a necessidade de compatibilizar essas reformas com, designadamente, o calendário que nos propomos».

«Nós dissemos que queremos ter esta reforma concluída até ao final deste ano, mas temos que perceber que é preciso consenso dos governos, dos parlamentos nacionais e das opiniões públicas»,



acrescentou o secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

Nós pretendemos, referiu Seixas da Costa, «identificar as questões fundamentais, colocar as soluções alternativas em cima da mesa, cabendo à presidência francesa a conclusão dos dossiers».

Os grandes temas da CIG serão «o problema da Comissão Europeia, o poder de voto no âmbito do Conselho, designadamente as questões da extensão da maioria qualificada e da preservação da unanimidade», além de «outros temas que podem ser colocados na agenda». O ministro dos Assuntos Europeus francês, Pierre Moscovici, realçou «o prazer e a facilidade de trabalhar com o Governo português» e a particularidade dos

ministros portugueses «serem francófonos perfeitos», mas também pelo facto de «haver um convívio intelectual».

O ministro francês considera que os dois países «compartilham a mesma visão da CIG, que é ao mesmo tempo ambiciosa e realista, contrariamente ao que se diz ou escreve por vezes».

«Tanto mais que Portugal e a França têm a mesma vontade de reformar as instituições europeias, no prazo mais breve possível, respeitando o compromisso assumido em Helsínquia de criar condições para que no final do ano 2002, a UE esteja pronta para se alargar aos países da Europa Central e Oriental», disse.

«Para isso é necessário que a CIG, que tem início em Bruxelas no mês de Fevereiro, possa estar concluída até ao final deste ano», precisou Pierre Moscovici.

O ministro francês reafirmou a posição de Paris, da necessidade de «reformar as instituições europeias antes do alargamento da UE», o que significa, concretamente, que «é necessário ter, na sequência da CIG, um novo Tratado, concluído, assinado e ratificado por todos os Estados-membros».

No que diz respeito ao Conselho Europeu Extraordinário sobre o emprego, reformas económicas e coesão social, Seixas da Costa afirmou que os preparativos estão a «avançar bem» e anunciou o lançamento esta semana de um documento para ser distribuído por todos os Estados-membros

e também pela opinião pública.

É um documento, disse, que «consagra um conjunto de propostas que têm a ver com o tratamento das questões do emprego, da reforma económica e da coesão social, tudo isto ligado numa perspectiva que nos parece ter algum elemento de novidade».

Democratização da sociedade de conhecimento

«O crescimento económico e o emprego dentro da UE, estão hoje ligados mais a factores de competitividade do que propriamente à necessidade de uma regulação interna da política», defendeu Seixas da Costa.

«Nós pensamos que é nas questões da inovação, da sociedade do conhecimento e da sua democratização, que se encontra a resposta para a falta de competitividade europeia face a economias como, por exemplo, a norte-americana», disse.

«Nós pensamos que é importante garantir que, nos próximos anos, a UE faça um esforço muito especial nesta matéria e que haja um empenhamento das instituições, no sentido de promover a tal democratização da sociedade de conhecimento, nomeadamente em relação às pequenas e médias empresas, actualmente responsáveis por cerca de 80 por cento do emprego na Europa», acrescentou.

ANGOLA

Guerra civil

UE RESPONSABILIZA UNITA

O sofrimento atroz do povo angolano continua. A UNITA como principal responsável deste drama continua a ser alvo da condenação da comunidade internacional.

Nenhuma organização ou homem de boa vontade poderá ficar indiferente e não condenar veementemente a organização liderada por Savimbi.

A União Europeia reiterou no dia 17 que a UNITA é o principal responsável pela guerra em Angola e que o seu líder, Jonas Savimbi, «escolheu deliberadamente a via do conflito em vez de honrar os seus compromissos».

«A União Europeia sublinha de novo que é a UNITA, dirigida pelo sr. Savimbi, que, ao não respeitar as principais disposições do protocolo de Lusaca, detém a maior responsabilidade pela guerra em Angola», lê-se em declaração da presidência portuguesa da UE divulgada em Bruxelas.

«Persistindo em agir ao arrepio das resoluções do Conselho de Segurança da ONU, o sr. Savimbi escolheu deliberadamente a via do conflito em vez de honrar os seus compromissos; esta atitude lança uma dúvida legítima sobre a sinceridade das suas intenções de trabalhar para a reconciliação nacional em Angola», refere o texto.

A UE apela à UNITA para «cessar de imediato as suas acções militares» e exorta todos aqueles que «no seio da UNITA» estão dispostos a respeitar as disposições contidas no protocolo de Lusaca a demonstrarem que estão decididos a encetar um «diálogo sério com o Governo» de Luanda.

Por outro lado, a UE encoraja ao Governo de Luanda «a pôr em prática as condições políticas, sociais e económicas que permitam à democracia e ao Estado de Direito desenvolverem-se em Angola».

CHILE

Presidenciais

O SOL BRILHA DE NOVO EM SANTIAGO COM A ELEIÇÃO DE LAGOS

Há 27 anos chovia em Santiago. Hoje o Sol brilha de novo na capital chilena. Há 27 anos, a 11 de Setembro, o sinistro Pinochet liderava um golpe de Estado e o socialista Salvador Allende, eleito democraticamente, morria em defesa da democracia.

O Chile mergulhava numa sangrenta ditadura. Hoje, no país de Pablo Neruda, milhares de chilenos puderam festejar na rua a vitória de Ricardo Lagos, um socialista moderado, na segunda volta das presidenciais, com 51,3 por cento dos votos.

Em condomínios fechados, em hotéis e restaurantes de luxo, nas lojas da moda, alguns nostálgicos de Pinochet, misturados com adeptos dos «Chicago boys», muito pós-modernos, cabisbaixos, espumam de raiva com os novos rumos democráticos do Chile.

Depois de Salvador Allende um socialista volta de novo a assumir a Presidência. Mas o Chile continua a ser uma nação dividida como o provam os resultados das presidenciais: Lagos obteve 51,3 por cento dos votos, enquanto o candidato conservador Joaquín Lavín, antigo colaborador do ditador Pinochet, recolheu 48,7 por cento dos votos.

Entretanto, o ditador Pinochet poderá regressar em breve ao seu país, já que a Espanha e a Suíça não irão contestar a decisão de Londres.

Em Madrid, nos últimos dias milhares de manifestantes empunhavam cartazes em que se lia «Dónde están?», numa alusão aos milhares de desaparecidos durante a longa e sangrenta ditadura de Pinochet, uma das figuras mais sinistras de toda a história do Chile, responsável por crimes sem perdão contra o seu povo. J. C. B.

SENSIBILIZAR PARA DIMINUIR SINISTRALIDADE

O ano 2000 vai ser dedicado à educação rodoviária, com o Governo a lançar um conjunto de iniciativas de sensibilização da população, nomeadamente a jovens, para retirar Portugal da «cauda da Europa» em termos de sinistralidade rodoviária. «2000 - Ano da Educação Rodoviária» é o mote da campanha, que arrancou na terça-feira em Lisboa, com dois dias de «Jornadas de Educação Rodoviária», na Aula Magna, destinadas a criar um espaço de troca de experiências entre técnicos nacionais e estrangeiros e de reflexão sobre a sinistralidade envolvendo crianças e jovens, considerada «um problema social com contornos preocupantes» no nosso país.

As jornadas, cuja sessão de abertura foi presidida pelo primeiro-ministro, acompanhado pelos titulares das pastas da Administração Interna e da Educação, contaram com as perspectivas dos jornalistas Miguel Sousa Tavares e Isabel Stilwell, bem como do director-geral de Viação, Amadeu Pires, entre outros.

Acções de carácter pedagógico

«2000 - Ano da Educação Rodoviária» é, na sua essência, um programa de acções de carácter pedagógico e de sensibilização dirigidas a crianças, jovens, pais, famílias, educadores e professores, que, em conjunto, irão desempenhar um papel fundamental na criação de uma cultura rodoviária a médio e longo prazo. Considerando essencial que a formação anteceda a memorização das regras de trânsito e as manobras de destreza do veículo, o Governo introduziu já a



educação rodoviária nos currículos escolares do ensino básico e secundário, visando a interiorização de comportamentos de cooperação e partilha do espaço público de acordo com as normas de segurança rodoviária.

Ao longo do ano serão efectuadas jornadas de educação e sensibilização, socorrismo, escolas de trânsito, concursos escolares, «road shows», «workshops», produção de material pedagógico, entre outras iniciativas, visando uma cultura de

segurança rodoviária.

Desde ontem e até ao final do ano, duas unidades móveis itinerantes vão percorrer o país («road shows»), divulgando junto da população escolar a mensagem do ano: «Aprender, Ensinar e Praticar Segurança Rodoviária».

A campanha nacional terminará na primeira semana de Dezembro, sendo feito um balanço da actividade desenvolvida.

Paralelamente, o Governo vai tomar outras medidas, no sentido de reduzir para

metade o número de acidentes de viação com mortos e feridos graves, com o objectivo de, até ao final da legislatura, o número de mortos e feridos graves não excedam os 0,12 por mil habitantes.

Mais viaturas, radares e helicópteros

Nesse sentido, serão reforçados os itinerários em regime de «Segurança Máxima, Tolerância Zero», que se alargará provisoriamente em algumas estradas, feitas auditorias de sinalização e sua remodelação, adquiridas 200 novas viaturas para a GNR, mais radares e helicópteros com serviço de vigilância em vídeo.

A maior fatia dos investimentos - 3,3 milhões de contos - vai para outros programas, como exames e ensino de condução, fiscalização de veículos, escolas, centros de inspecção e apoio a acidentados.

Melhorar as condições de aprendizagem de condução, nomeadamente nos locais de exame, é outro dos objectivos das medidas, ao abrigo das quais vai ser reforçada a fiscalização regular ao ensino da condução, por forma a dotar as escolas de «mais e melhores condições».

Durante o ano será constituído um Centro Nacional de Exames de Condução, um organismo de composição estatal e privada que irá também agregar centros da Direcção-Geral de Viação e privados, e lançadas campanhas de informação, sensibilização e alerta, com especial incidência para a utilização dos cintos de segurança no banco de trás, que segundo números oficiais é apenas utilizado por seis por cento da população.

PLANEAMENTO

Regiões

APRESENTAÇÃO DE PROGRAMAS OPERACIONAIS

A ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, começou, no dia 17, a apresentação dos Programas Operacionais Regionais (POR) aos Conselhos das Regiões alargados a todos os municípios.

Os POR, com 3 mil e 75 milhões de contos de investimento, absorvem 42 por cento dos fundos comunitários do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA). Destaque-se que no segundo QCA os POR representaram apenas 9 por cento dos fundos.

O Programa Operacional Regional do Norte está dotado de 922 milhões de contos, o do Centro 584 milhões, o de

III Quadro Comunitário de Apoio 2000/2006 Programas Operacionais Regionais (PRO)

	Investimento Total	Fundos Estruturais
PRO	3.075.693.683	1.785.999.713
Norte	922.487.450	538.975.809
Centro	584.570.227	342.415.838
Lisboa e Vale do Tejo	547.949.584	288.063.965
Alentejo	370.936.608	216.244.897
Algarve	146.578.605	90.123.275
Açores	246.715.956	170.096.948
Madeira	256.455.253	140.078.981
Total QCA III	8.506.107.457	4.238.582.456

Unidade: contos; Tx: 1euro=200,482 escudos; Fonte: Ministério do Planeamento

Lisboa e Vale do Tejo 547 milhões, o do Alentejo 370 milhões e o do Algarve com 146 milhões.

Por seu turno, o POR das Regiões Autónomas envolve uma verba que ascende aos 246 milhões de contos nos Açores e a 256 milhões de contos na Madeira.

Na passada segunda-feira, dia 17, foram apresentados, nas respectivas Comissões de Coordenação Regional, os POR de Lisboa e Vale do Tejo e do Alentejo. Um dia depois foi a vez dos Programas Operacionais Regionais do Centro e Norte, prevendo-se que a apresentação do POR para os Açores decorra no próximo dia 28.

UM DESAFIO DIFÍCIL MAS FUNDAMENTAL...

A «questão da leitura», que é um problema tradicional e não resolvido da sociedade portuguesa, representa um desafio difícil mas fundamental para o desenvolvimento de Portugal, afirmou, no passado sábado, dia 15, em Lisboa, o ministro da Cultura.

Manuel Maria Carrilho, que falava durante a apresentação das propostas da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL) para o programa «2000 - Ano Nacional do Livro e da Leitura», salientou que a Comunicação Social, especialmente as televisões, devem assumir o «problema da leitura» como «uma causa vital».

O objectivo do programa «2000 - Ano Nacional do Livro e da Leitura» - lançado pela APEL, é o de cativar novos leitores através do incentivo e da universalização do gosto e prazer da leitura, afirmou a presidente da APEL, Graça Didier.

Em Portugal, o facto de termos chegado ao ano 2000 com pessoas que nunca tocaram, folhearam e leram um livro é uma vergonha, salientou ainda a presidente da APEL.

O programa - ainda está aberto a novas propostas - tem carácter nacional e universal apesar de incluir iniciativas específicas para diferentes públicos, consoante os hábitos de leitura e as idades, referiu a máxima representante da APEL.

Além de campanhas publicitárias globais de incentivo à leitura ao longo deste ano, o programa inclui a oferta de um livro a cada uma das cerca de 470 mil crianças que frequentam o 1º ciclo do ensino básico no Dia Mundial do Livro Infantil (dia 2 de Abril) e de um cheque-livro a cada uma das cerca de 700 mil crianças e jovens dos 2º e 3º ciclos também do ensino básico.

Dirigido especificamente ao público sem quaisquer hábitos de leitura, o programa inclui a criação de saquetas de café com promoção à leitura, sacos do pão com



poemas e toalhas de papel para restaurantes com textos.

Algumas «novidades» na organização das Feiras do Livro de Lisboa e do Porto, nomeadamente a renovação, o alargamento dos horários e a criação de um programa cultural paralelo são outras das iniciativas propostas pela APEL para o programa, que inclui ainda a possibilidade de ouvir histórias infantis pelo telefone e a realização, pela primeira vez, do Salão do Livro, em que o país convidado será a França.

Para o final do ano, o programa prevê a realização do fórum «O Livro e a Leitura: perspectivas para o século XXI», que se pretende que seja um «grande debate a nível nacional».

Segundo as conclusões de um estudo da APEL, elaborado em Maio do ano passado, enquanto 56 por cento dos portugueses não lê qualquer livro anualmente, apenas 9 por cento lê entre um e dois livros e 12 por cento entre três e cinco livros.

Em relação ao tipo de livros lidos, o mesmo estudo refere que 84 por cento são não escolares ou técnicos, ascendendo as percentagens de livros escolares e técnicos

lidos a 23 por cento e 19 por cento, respectivamente.

O documento conclui ainda que da população que costuma ler, 86 por cento fá-lo por gosto e cerca de 51 por cento dedica à leitura três ou menos horas por semana.

No que toca ao índice de aquisições, o estudo conclui que 41 por cento da população costuma comprar livros.

Dos compradores habituais de livros, o documento refere que são mais do sexo feminino do que do masculino, têm maioritariamente entre 15 e 49 anos e pertencem principalmente às classes A e B. Anualmente, 60 por cento da população não compra qualquer livro, 5 por cento compra um ou dois e 22 por cento compra entre três e dez livros.

O estudo refere ainda que depois das livrarias e tabacarias, onde são comprados 82 por cento dos livros, surgem os hipermercados, com uma percentagem de 25 por cento, e a Feira do Livro, com 20 por cento.

Cultura popular: programa de apoio

Entretanto, e porque não só de livros vive a cultura, Manuel Maria Carrilho anunciou, na sexta-feira, dia 14, um programa para o apoio à cultura popular no País, envolvendo um investimento imediato de 100 mil contos em projectos, formação e equipamento. Carrilho apresentou o novo programa, no Centro Cultural de Belém, na presença de algumas dezenas de agentes culturais locais a quem garantiu o seu empenho pessoal neste projecto.

Além do investimento imediato, está prevista a inscrição do programa nas verbas comunitárias para 2001/2005 num total de 500 mil contos.

«A cultura popular é uma resposta às necessidades concretas da vida quotidiana e por isso as suas manifestações são um

elemento fundamental da nossa memória colectiva», justificou.

O governante recordou que em Portugal existem cerca de 800 bandas filarmónicas, 350 grupos corais tradicionais, 150 conjuntos que tocam instrumentos tradicionais e mais de 100 tunas, «por vezes o único veículo de divulgação e difusão da cultura ao alcance das comunidades onde se inserem».

São estes agentes - além de associações culturais, escolas de música, grupos de teatro amador, investigadores e centros de investigação - os futuros beneficiários do programa.

A condução do programa será desenvolvida através das Delegações Regionais do Ministério da Cultura, desde o levantamento da situação, a calendarização, a recolha de candidaturas, sua análise e elaboração das propostas de apoio e avaliação.

A partir de Fevereiro o ministro deslocar-se-á a várias regiões, nomeadamente Algarve e Alentejo, para se reunir com as delegações regionais da cultura e os agentes locais.

Por outro lado, o titular da pasta da Cultura adiantou que, neste âmbito, o orçamento das delegações regionais deverá beneficiar de aumentos consideráveis, que em alguns casos podem ir até aos 60 por cento.

As áreas de apoio visadas pelo programa abrangem todas as acções relacionadas com a cultura popular como conjunto de manifestações ligadas aos modos tradicionais de vida quotidiana, às tradições, aos costumes e às suas formas de representação.

Englobam ainda a actividade cultural amadora nas áreas da música, teatro, etnografia e projectos de desenvolvimento da cultura local que tenham como finalidade a renovação e revivificação de comunidades em fase de desagregação ou de estagnação socioeconómica.

PARIS RECEBE LIVRARIA COM 30 MIL LIVROS DE AUTORES PORTUGUESES

Uma livraria com mais de 30 mil livros de autores portugueses vai ser instalada no Salão do Livro de Paris, em Março, onde este ano Portugal é o país-tema, revelou no dia 12 o comissário da representação portuguesa.

Num encontro com jornalistas, Eduardo Prado Coelho acrescentou que a livraria vai ocupar 320 metros quadrados, mais do que o próprio pavilhão de Portugal, cuja estrutura preenche 290, restando ainda uma área para os editores portugueses e para as entidades nacionais ligadas à

organização.

A livraria vai conter «apenas livros de autores portugueses escritos em português e em francês, além de um espaço para autógrafos e para a música», estando em selecção uma centena de discos.

O Salão do Livro de Paris atrai anualmente mais de 200 mil visitantes e é um dos eventos culturais mais mediáticos na capital francesa.

Com inauguração prevista para 16 de Março, o Salão do Livro de Paris abrirá com música de Maria João e Mário Laginha e

Pedro Caldeira Cabral.

Quarenta escritores portugueses, entre eles o Nobel da Literatura José Saramago, António Lobo Antunes, Agustina Bessa-Luís, Manuel Alegre, Lídia Jorge, Alice Vieira, Mário de Carvalho e Maria Velho da Costa, foram convidados para deslocar-se ao certame com o objectivo de divulgar a literatura portuguesa.

Comunidade portuguesa

Segundo Eduardo Prado Coelho, vai ser dedicado um dia do salão à comunidade

portuguesa em França, preenchido com iniciativas ainda a delinear.

Apoiam a presença portuguesa os ministérios da Cultura (pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas), dos Negócios Estrangeiros (através do Instituto Camões), da Educação, da Economia (através do ICEP - Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal) e a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros.

O Salão será inaugurado com a presença dos presidentes da República de Portugal, Jorge Sampaio, e da França, Jacques Chirac.

O ARRUMAR DA CASA

O ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, garantiu, no dia 14, em Coimbra, que o orçamento deste ano para o ensino superior será «excepcionalmente positivo» e não haverá subfinanciamento das universidades portuguesas, contrariando queixas de alguns reitores.

Para o governante, as declarações dos responsáveis das instituições de ensino superior confirmam a linha de orientação seguida pelo Executivo, no sentido de «arrumar a casa» e corrigir algumas situações de financiamento, com os Conselhos de Reitores (CRUP) e coordenador das instituições do Politécnico.

No caso da Universidade de Coimbra, o ministro propõe a criação de uma comissão permanente de acompanhamento do contrato-programa já estabelecido, para garantir o cumprimento de «benefícios efectivos e melhorias» na gestão do estabelecimento.

O reitor, Fernando Rebelo, queixa-se de que o orçamento para este ano dará apenas para meio ano, mas o secretário de Estado do Ensino Superior, José Reis, afirma que as «dificuldades específicas» da Universidade de Coimbra «não são um caso único» no País.

«Temos toda a disponibilidade para avaliar aspectos particulares de alguns estabelecimentos», disse José Reis, sublinhando que o financiamento do ensino superior obedece a uma fórmula aceite por todas as universidades.

Instado pelos jornalistas sobre a homologação de novas universidades - nomeadamente a primeira privada de Medicina (Universidade Vasco da Gama), em Coimbra -, o titular da pasta da Educação disse que a grande prioridade do Governo é a «arrumação da casa» no ensino superior.

O Executivo pretende apresentar na Assembleia da República uma proposta de lei orgânica da rede do ensino superior, o que não deverá acontecer este mês, como inicialmente previsto.

«Queremos que a lei seja consensual, decidimos dar mais tempo para consultar os diferentes parceiros, daí que já não iremos apresentá-la este mês», disse o ministro.

Os requerimentos de homologação pendentes poderão ser entretanto apreciados, mas com o «cumprimento estrito dos requisitos legais», acrescentou.

Sobre a falta de aquecimento em algumas escolas do País, que tem levado alunos a encerrá-las, Guilherme d'Oliveira Martins considerou estarmos num ano «extraordinariamente frio» e sublinhou os investimentos nessa área. O PIDDAC para este ano reforçará as verbas para a conservação e aquecimento de escolas, garantiu,



realçando que desde 1996 foram investidos 1 200 mil contos (400 mil dos quais o ano passado) no aquecimento. «As situações mais graves irão ter intervenção imediata», garantiu Oliveira Martins.

Combater dificuldades com métodos de parceria

O ministro da Educação defendeu, ainda, a necessidade de as dificuldades do ensino superior serem «assumidas com clareza e combatidas com métodos de parceria».

«Deve assumir-se as dificuldades com clareza, não podemos iludi-las. Devemos analisá-las, combatê-las com métodos de parceria, rigorosos, em que não mais se encare a administração central como inacessível, mas como instância que deve ajudar e contribuir para a resolução dos problemas», preconizou.

O governante intervinha na cerimónia de inauguração do novo edifício do Departamento de Engenharia Civil, no pólo II da Universidade de Coimbra (UC), em que propôs ao reitor, Fernando Rebelo, a criação de uma comissão permanente de acompanhamento do contrato-programa estabelecido com a instituição.

Comentando esta proposta, o reitor da

UC considerou-a uma «ideia boa», mas ressaltou que «tudo depende da forma como (a comissão) trabalhar».

Ao intervir antes do ministro, Fernando Rebelo queixara-se de as perspectivas da instituição, no que respeita a investimentos, «não serem muito optimistas».

Em declarações aos jornalistas, o reitor da Universidade de Coimbra afirmou também que a falta de verbas poderá provocar problemas de funcionamento em várias faculdades a meio do ano lectivo.

Críticas idênticas foram formuladas na cerimónia pelo presidente da associação académica de Coimbra (AAC), Humberto Martins, que alertou para as contingências que afectam a UC e para a insuficiência das dotações orçamentais.

Respondendo às queixas, Oliveira Martins garantiu que «as obras e projectos fundamentais» para a UC vão avançar e mostrou-se optimista em relação ao trabalho a desenvolver pela comissão de acompanhamento, que integrará elementos do Ministério e da UC.

A inauguração do novo edifício do Departamento de Engenharia Civil concluiu a visita oficial que o ministro da Educação e o secretário de Estado do Ensino Superior, José Reis, realizaram, na passada sexta-feira, a Coimbra.

PORTUGAL SOCIALISTA



25 anos
depois
de Abril
As pessoas
em primeiro
lugar

NAS BANCAS

INFLAÇÃO DESACELERA

A inflação anual em 1999 fixou-se em 2,3 por cento, meio ponto percentual abaixo da registada no ano precedente, com uma nítida desaceleração no segundo semestre do ano passado, segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas.

Os preços cresceram 0,3 por cento em Dezembro e a inflação homóloga (comparação com o mesmo período do ano anterior) situou-se em 2 por cento, um valor que se mantém inalterado desde Setembro e representa um 1,2 pontos percentuais abaixo do valor registado no final de 1998.

A inflação no ano passado ficou 0,3 pontos percentuais acima da meta apontada pelo Governo no início do ano.

A inflação abrandou claramente no segundo semestre, para uma variação face ao mesmo semestre do ano anterior de 2 por cento, depois de no primeiro trimestre os preços terem crescido 2,8 por cento e no segundo 2,5 por cento.

A classe alimentação e bebidas não alcoólicas, a de maior peso no Índice de Preços no Consumidor (IPC), registou uma variação marginalmente abaixo da média de 1999, com um crescimento de preços de 2,2 por cento.

Os preços das comunicações baixaram 3,7 por cento em 1999, sendo a única classe com redução, e os do vestuário e calçado, uma classe com uma ponderação significativa no IPC, tiveram um aumento moderado de 0,4 por cento. A classe habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis registou um acréscimo de 0,8 por cento em 1999, beneficiando de uma descida de 4,7 por cento no custo da electricidade.

Os preços das bebidas alcoólicas e tabaco aumentaram 7,2 por cento no ano



passado, os da educação subiram 4,8 por cento e os da saúde cresceram 4,2 por cento. Os transportes subiram 2,9 por cento.

Por regiões, os preços cresceram abaixo da média na Madeira (2 por cento) e em Lisboa e Vale do Tejo (2,2 por cento).

O Algarve, com uma inflação regional de 3,1 por cento, teve o pior comportamento

dos preços em 1999, seguindo-se o Alentejo e os Açores, com aumentos de 2,6 por cento, e o Norte e Centro, ambos com 2,4 por cento.

Para este ano o Executivo socialista inclui no seu cenário macroeconómico uma subida dos preços de 2 por cento, embora o consenso de projecções aponte para valores ligeiramente superiores, estimando

que a haver redução da inflação em Portugal, esta não seja mais do que residual.

O diferencial de inflação entre Portugal e os seus parceiros de União Monetária está agora, na taxa homóloga (valores para a zona euro de Novembro) a 0,4 pontos percentuais, enquanto que na taxa média anual a diferença é de um ponto.

UGT INTEGRA NOVA ORGANIZAÇÃO SINDICAL INTERNACIONAL

Quatro grandes organizações sindicais internacionais juntaram-se numa só, a UNI, que representa 15,5 milhões de trabalhadores de 800 sindicatos de 140 países.

Para fazer face aos actuais problemas laborais e enfrentar os desafios do futuro, a Federação Internacional dos Quadros e Técnicos (FIET), a Internacional das Comunicações (CI), a Federação Internacional dos Gráficos (IGF) e a Internacional da Comunicação Social e Espectáculos (MEI) decidiram fundir-se e constituíram no início do ano a Union Network Internacional (UNI).



Os sindicatos dos bancários, dos seguros, dos engenheiros, dos escritórios, dos casinos e da limpeza são algumas das

estruturas sindicais portuguesas, afectas à UGT, que fazem parte da UNI, dado que já integravam a FIET.

A UNI integra também alguns sindicatos da CGTP, o dos gráficos, o dos espectáculos e o das telecomunicações e audiovisuais, que estavam associadas na IGF, na MEI e na CI, respectivamente. Esta nova organização sindical internacional foi apresentada segunda-feira em Genebra, numa conferência de Imprensa que foi acompanhada por videoconferência em delegações de sindicatos nela filiados e sediados, nomeadamente, em Tóquio, Singapura, Estocolmo, Bruxelas, Roma, Londres,

Buenos Aires e São Paulo.

A UNI está filiada na CISL (Confederação Internacional de Sindicatos Livres), a maior estrutura sindical mundial, que representa 130 milhões de trabalhadores.

Carlos Carvalho, do departamento internacional da CGTP disse que esta fusão está de acordo com uma tendência que se verifica a nível nacional, europeu e mundial e que tem como objectivo racionalizar os meios das estruturas sindicais.

Dada a diversidade de sectores que integram esta nova estrutura, deverão ser criados comités sectoriais na UNI, que funcionarão quase como grupos de trabalho, explicou o sindicalista.



Albufeira

Câmara vai construir piscinas olímpicas

A Câmara Municipal de Albufeira vai construir um conjunto de piscinas interiores e exteriores, para possibilitar aos praticantes da modalidade inscritos nos clubes do concelho e que disputam provas federativas uma melhor preparação para as competições que disputam.



O presidente da autarquia, Arsénio Catuna, adiantou que o projecto está concluído e que o início das obras apenas depende da conclusão dos processos de desbloqueamento dos terrenos e da assinatura de um protocolo com o Imortal Desportos Clube.

Aquele clube, que tem uma escola de natação que inclui várias dezenas de jovens e tem praticantes a disputarem provas federativas, está «obrigado» a treinar nas piscinas do vizinho concelho de Loulé por dificuldades no Inverno, da prática da modalidade, em Albufeira.

As únicas piscinas aquecidas no Concelho de Loulé são propriedade de hotéis e aldeamentos turísticos, daí que a Câmara tenha tomado por sua conta a iniciativa de construir o complexo de piscinas municipais. O projecto está contemplado no orçamento da autarquia e o seu valor orçado em cerca de 600 mil contos, incluindo o equipamento de aquecimento para as piscinas interiores.

Cascais

IV edição da Agenda Juvenil/Cartão Desconto

A Câmara Municipal de Cascais lançou a 4ª edição da Agenda Juvenil/Cartão Desconto, na noite do dia 14, na discoteca Coconuts. A Agenda Juvenil/Cartão Desconto destina-se a jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos, e pretende ser um documento que apresenta um conjunto de informações, abrangendo áreas como o ensino, cultura, desporto, sem esquecer indicações sobre a integração no mercado de trabalho.

A edição deste ano viu reforçado o número de locais onde poderá ser utilizado o Cartão Desconto, possibilitando o acesso a descontos entre os 5 e os 50 por cento em mais de duas centenas de estabelecimentos

comerciais do concelho.

Esta Agenda Juvenil pode ser adquirida no Centro de Informação Jovem do município de Cascais, Travessa dos Navegantes nº15, em Cascais.

Fafe

Protocolos cartográficos

A Câmara Municipal de Fafe aprovou recentemente um protocolo de colaboração com o Instituto Português de cartografia e cadastro relativo à elaboração de cartografia oficial da área geográfica do concelho, bem como a sua actualização periódica durante o período de dez anos, com publicação cada cinco anos de nova edição actualizada.



Faro

Milhares de contos para bolsas de estudo

A Câmara Municipal de Faro disponibilizou 6200 contos para 16 bolsas de estudo relativas ao ano lectivo em curso.



Esta é mais uma prova clara do empenho que a autarquia vem conferindo a esta área. Dos alunos beneficiados, cinco frequentam o ensino secundário e 11 o superior.

Montemor-o-Velho

Obra do mercado municipal adjudicada

A Câmara Municipal de Montemor-o-Velho já adjudicou as obras do futuro mercado municipal.

Com a localização prevista para o Largo da Feira da vila de Montemor-o-Velho, o futuro mercado municipal vem colmatar uma necessidade há muito premente no concelho, sentida pela população local e pelos próprios comerciantes.

Óbidos

Intervenções na Lagoa

Na sequência de uma proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS à Assembleia Municipal de Óbidos, com o objectivo de obter junto do Instituto Nacional da Água esclarecimentos credíveis sobre as últimas intervenções efectuadas na Lagoa de Óbidos e as que para o futuro já estão projectadas, realiza-se no próximo dia 26, no auditório municipal da Casa da Música, uma reunião extraordinária daquele órgão.

Ovar

Apoio à construção de unidades hoteleiras

O Executivo da Câmara de Ovar aprovou uma importante proposta para o desenvolvimento do concelho, que prevê a concessão da isenção do pagamento da taxa urbanística municipal e da taxa de licenciamento de construção aos empresários que construam unidades hoteleiras na área do concelho de Ovar.



Na proposta apresentada pelo presidente da autarquia refere-se que «o desenvolvimento do concelho e o total aproveitamento das suas potencialidades sugere a criação de incentivos e estímulos à instalação, no concelho de Ovar, de unidades hoteleiras que respondam às necessidades actuais e atraiam turistas de modo a que, e por esta via, também se desenvolva a actividade turística e concomitantemente o sector terciário».

Penha de França

Órgão de informação

Saiu mais um número do órgão de informação da Junta de Freguesia da Penha de França.

No Editorial, o director da publicação e

presidente da Junta, camarada João Jofre da Fonseca Costa, faz uma breve análise de dois anos de mandato e promete para o futuro ainda maior empenho do Executivo que lidera na prossecução do programa da coligação de esquerda «Mais Lisboa». «Manteremos o nosso propósito de fazer da Penha de França uma Freguesia onde se goste de viver, mais humanizada e solidária, com melhor ambiente, mais cultura e desporto, no âmbito de um diálogo que queremos permanente com as forças vivas e os cidadãos em geral», lê-se no Editorial. Na edição referente a Dezembro, o destaque de primeira página vai para a Festa de Natal organizada pela Junta e que levou cerca de 500 crianças da Freguesia ao Circo Atlas.



Nas oito páginas desta publicação, de excelente aspecto gráfico, é dada uma completa informação sobre as múltiplas acções promovidas pela Junta nas mais variadas áreas.

Múltiplas iniciativas

Do teatro e desportos radicais, até às excursões para a terceira idade e uma estada de idosos na Colónia Balnear Infantil, passando por projectos de requalificação em artérias degradadas e iniciativas na área do ambiente, eis uma série de assuntos objecto de notícia na edição de Dezembro.

De salientar ainda que todos os exemplares do boletim distribuídos gratuitamente pela população da Freguesia da Penha de França continham um calendário destacável para o ano 2000, numa iniciativa inédita no âmbito do poder local.

Sintra

Protocolo com a Universidade Aberta

A Câmara Municipal de Sintra e a Universidade Aberta celebraram no dia 18 de Janeiro um protocolo de colaboração e investigação conjunta, no quadro do estudo da realidade intercultural das escolas do concelho de Sintra.

Através deste protocolo, a autarquia poderá ter acesso aos materiais audiovisuais e informáticos da Universidade Aberta, o que poderá facilitar a aprendizagem e fazer com que haja maior sucesso educativo entre os alunos.

L'IMPORTANT C'EST LA ROSE

A campeã olímpica Rosa Mota foi apresentada em Gondomar como exemplo do que o PS deve fazer para vencer as eleições presidenciais e autárquicas, que é apostar na maratona e não pensar que pode ganhar em cima da meta.

Numa homenagem à maratonista do século e de comemoração da vitória do PS nas eleições legislativas, que reuniu no dia 14, à noite, mais de 1500 militantes e simpatizantes do PS num armazém de Gondomar, o exemplo de Rosa Mota foi referido por todos os intervenientes, incluindo dois ministros - Jorge Coelho e Fernando Gomes - por um secretário de Estado - Narciso Miranda - e por um autarca - Mário Almeida.

O camarada Jorge Coelho, presidente da Comissão Política Permanente do PS, colocou mesmo a fasquia que o PS deve alcançar nas autárquicas: manter como presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) a «referência política» que é Mário Almeida, presidente da Câmara de Vila do Conde. Esta meta implica, na prática, que o PS terá de ser o partido com mais câmaras após



as autárquicas de 2001.

«Podem contar comigo, aqui em Gondomar ou em qualquer ponto do país, para, independentemente das minhas funções no Governo, estar convosco para ganhar eleições», frisou, salientando a necessidade do PS apresentar «alternativas credíveis» nas câmaras que não são suas.

Referindo-se às presidenciais, Jorge Coelho considerou que é para o PS «um orgulho poder ter hoje num lugar fundamental para a política portuguesa um homem que é uma referência da luta pela liberdade no país e que tem feito um mandato irrepreensível».

O camarada Jorge Coelho afirmou que «o que é bom para o Porto é bom para Portugal e o que é bom para Portugal é bom para o Porto».

Jorge Coelho considerou esse espírito importante para que o PS «continue a sua senda de vitórias sucessivas».

Antes de Jorge Coelho, Fernando Gomes afirmou que «Portugal é do Norte ao Sul» e que o Governo irá dar brevemente provas de que não há qualquer discriminação em relação aos nortenhos.

«O III Quadro Comunitário de Apoio, o primeiro organizado integralmente por um Governo do PS, foi elaborado com a visão de que os menos favorecidos do passado têm de ser os mais beneficiados no futuro», disse.

«Vamos provar que os sentimentos socialistas são diferentes do cavaquismo e do centralismo do PSD. A inversão de tendências vai fazer-se a partir do Norte», acrescentou o camarada Fernando Gomes.

Também o camarada Narciso Miranda

salientou os investimentos que o Governo prevê para o Norte, apontando os casos do metro do Porto e ampliação do aeroporto Francisco Sá Carneiro.

«Enquanto o PSD transformou um apeadeiro num aeroporto de terceira categoria, nós vamos ter, com o Governo do PS, um aeroporto internacional», afirmou.

No seu discurso o camarada Narciso Miranda elogiou repetidamente a Cidade Invicta e sua «identidade própria muito forte».

O secretário de Estado e presidente da distrital do Porto do PS sublinhou que «os militantes do PS estão disponíveis para responderem ao trabalho que tem de ser feito» e apelou a Rosa Mota para que se mobilize para as lutas que se avizinham.

Ainda o ex-autarca falava da maratonista e já esta percorria o tapete vermelho do corredor central do armazém onde decorria o jantar, para se juntar no palco a Narciso.

Espírito Rosa Mota

Com as suas imagens transmitidas pelos vários ecrãs instalados na sala, Narciso Miranda e Rosa Mota abraçaram-se, tendo o secretário de Estado oferecido à atleta uma escultura em bronze.

Rosa Mota aceita mas de imediato desafia Narciso a também ele estar disponível para os desafios que se aproximam.

Alberto Silva, presidente da Camelharia de Gondomar do PS, esperava um pouco atrás para também ele entregar à maratonista uma rosa em filigrana, para «provar que Gondomar não é, como se pensa, uma terra sem cultura».

Rosa semelhante seria mais tarde entregue a Jorge Coelho, que ficou responsável por a colocar na sede nacional para «fazer erguer ainda mais a outra rosa, a do PS».

Mário Almeida alertou repetidamente para o «espírito Rosa Mota» de que as eleições não se ganham em cima da meta e alertou para o facto de que «se as pessoas pensarem mais em si próprias do que no partido, o PS perde as eleições».

Jorge Coelho agradado com posição do PSD sobre revisão constitucional

O dirigente socialista Jorge Coelho manifestou-se no dia 12 agradado por o presidente do PSD, Durão Barroso, aceitar uma revisão constitucional.

«Vemos com grande agrado o PSD ir ao encontro do que o PS defende», afirmou o camarada Jorge Coelho, sublinhando: «Quem propôs foi o PS e essa proposta foi agora aceite.»

Jorge Coelho, que falava no Largo do Rato após uma reunião com dirigentes da União Geral de Trabalhadores (UGT), considerou ser necessário uma clarificação por parte do PSD acerca dos objectivos da revisão da lei fundamental portuguesa.

«Nós dissemos para que queríamos a revisão», acentuou, acrescentando: «É preciso que o líder do PSD clarifique as suas intenções para ver se estamos a falar da mesma coisa.»

Durão Barroso admitiu recentemente propor uma revisão constitucional extraordinária para solucionar os problemas da justiça em Portugal.

Sobre as críticas feitas pelo líder laranja de que o Governo é permeável aos grupos de pressão, Jorge Coelho afirmou que os socialistas não perderam «sequer um minuto com isso».

«Há coisas ditas por políticos que estão completamente fora de sintonia com o país e que não nos fazem perder qualquer tipo de tempo», disse, concluindo: «Quem diz isso descredibiliza-se.»

Recorde-se que a Assembleia da República pode rever a Constituição decorridos cinco anos sobre a data da publicação da última lei de revisão ordinária (20 de Setembro de 1997).

O Parlamento pode, contudo, assumir em qualquer momento poderes de revisão extraordinária por maioria de quatro quintos dos deputados em efectividade de funções.



ÉVORA

AMS debateram cidadania

A Associação de Mulheres Socialistas (AMS), uma organização autónoma que reúne mulheres cuja orientação ideológica se situa na área do socialismo democrático, na social-democracia e independentes, realizou no dia 15, sábado, no auditório da EPRAL, em Évora, um seminário subordinado ao tema «O exercício da cidadania», que contou com a participação, entre outras, de Maria Helena Correia, presidente da AMS.

Academia Aeronáutica de Évora

A Federação Distrital de Évora do PS, num comunicado, congratulou-se com as prioridades no domínio da aeronáutica civil apresentadas pelo ministro do Equipamento, Jorge Coelho, durante um debate de urgência sobre o novo aeroporto realizado na Assembleia da República.

Os socialistas de Évora manifestam o seu regozijo com os compromissos assumidos pelo ministro Jorge Coelho, «em particular com a concretização da Academia Aeronáutica de Évora, estrutura de ensino especializado que dará um forte contributo para o desenvolvimento do distrito».



POR UMA EUROPA MAIOR E MELHOR

Portugal assumiu a Presidência da União Europeia (UE) – e da União da Europa Ocidental – num momento particularmente simbólico. O ano 2000, com todas as suas promessas e incertezas, consta há muito do nosso imaginário colectivo. Abrem-se perspectivas de progresso, e não podemos deixar de pensar no vertiginoso ritmo da História. Este virar de página deve ser isso mesmo – uma reflexão sobre o século que finda e, mais ainda, uma reflexão sobre as nossas responsabilidades enquanto europeus. Por estes motivos – e por capricho alfabético –, o papel que Portugal desempenhará ao longo dos próximos seis meses coloca-nos no centro do processo decisório da UE. Tal não significa que se espere do nosso país uma solução para todos os problemas com que a Europa se depara. As expectativas são elevadas, e haverá alturas em que os olhos se voltarão para a Presidência portuguesa à espera da definição de um rumo.

O ponto de partida é estimulante. A UE tem vindo a definir um projecto político, económico e social que representa já um modelo próprio de civilização. Pela sua estabilidade e pela sua riqueza, a Europa dos Quinze tem a obrigação de criar, de forma sustentada, condições para que todos os povos do Continente possam viver em sociedades livres, seguras e desenvolvidas. Passada uma fase de divisão forçada, a reunificação da Europa implica, portanto, o aprofundamento da integração da União e a sua partilha com os Estados que hoje abraçam os princípios que nos norteiam.

Neste contexto, assumimos a participação das adesões dos futuros membros da UE como uma das prioridades da nossa Presidência. Em Helsínquia, foi confiada a Portugal a tarefa de dar início às negociações de alargamento com um grupo adicional de Estados (Bulgária, Eslováquia, Letónia, Lituânia, Malta e Roménia) cuja evolução assim o justificou. Juntar-se-ão a outros seis (Chipre, Eslovénia, Estónia, Hungria, Polónia, República Checa) que se encontram em fases mais adiantadas dos respectivos processos de adesão. Queremos – é compromisso público – que o alargamento da União seja uma realidade, e o arranque das novas negociações terá lugar em Fevereiro. O que foi benéfico para Portugal, Grécia e Espanha desde os anos 80 será igualmente vantajoso para os membros de amanhã. Mas mais do que profetizar quanto a datas, importa preparar a União e os candidatos para o alargamento que, por ser bem feito, reforce o projecto europeu. Quanto à Turquia, o reconhecimento do seu estatuto de candidata à adesão representa um desafio



de modernização e um estímulo ao processo de reformas internas, abrindo novas vias para a resolução dos diferendos que minam a estabilidade regional.

Alargar não deve ter por consequência diluir. Uma União com mais de 20 membros, funcional e coerente nas suas políticas, não tem de ser uma contradição nos termos. Caberá a Portugal lançar os trabalhos da Conferência Intergovernamental (CIG) que concluirá a revisão de aspectos institucionais de fundamental importância – a dimensão da Comissão, a ponderação de votos no Conselho e a extensão da votação por maioria qualificada. Tal é o legado do Tratado de Amesterdão. Orientaremos uma negociação complexa – pelas componentes técnicas e alcance político – visando a definição de um justo equilíbrio entre a eficácia das instituições e a representação adequada de todos os Estados-membros nas instâncias decisórias da União. Apresentaremos ao Conselho Europeu da Feira, em Junho, um relatório com os avanços registados, de modo a permitir a conclusão da CIG no final do ano.

Outra vertente de acção da nossa Presidência será o reforço da capacidade de afirmação externa da União. Sendo a Europa um ponto de referência na resposta a crises e imprevistos na cena internacional as suas posições podem ter uma influência decisiva. A nomeação de Javier Solana para o cargo de Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum (a PESC), apoiado por uma nova unidade de análise e previsão, foi um passo no bom sentido. Mas devemos ir mais longe. Conservamos na memória os trágicos acontecimentos que assolaram os Balcãs ao longo da última década; e temos consciência de outros focos de insegurança em redor da Europa. A União

quer dotar-se de meios que lhe permitam agir quando confrontada com emergências e situações de crise. Não se trata de questionar a NATO e a subjacente aliança euroatlântica, mas de congregar os recursos existentes e de lhe imprimir uma nova direcção.

A Portugal, na Presidência da UE e da UEO, competirá colocar em marcha as decisões tomadas em Colónia e Helsínquia. A tarefa transcende a integração da UEO na UE. Temos pela frente a edificação de uma verdadeira Política Europeia Comum de Segurança e Defesa que faculte à Europa a possibilidade de uma actuação autónoma na gestão de crises militares ou de outra natureza. É um objectivo ambicioso: a União deverá em 2003 poder colocar no terreno, em regime de contribuição voluntária, uma força militar apta a desempenhar toda a gama das chamadas «missões de Petersberg» (da assistência humanitária às acções de imposição de paz). Será a nossa Presidência a estabelecer em Bruxelas os órgãos diplomáticos e militares que se ocuparão destas matérias. E Portugal terá de promover e institucionalizar o diálogo entre a União e a NATO, fazendo com que ninguém se sinta excluído. Introduziremos esta temática, inclusivamente, nas negociações de alargamento da União. Ainda no plano externo, intensificaremos o relacionamento com outras regiões. Assinalo a conclusão do novo quadro contratual com os «países ACP» (África, Caraíbas e Pacífico) e definição de novas políticas de ajuda ao desenvolvimento, objecto da reunião informal dos responsáveis pela cooperação dos Quinze a realizar em Lisboa este mês. Realizaremos encontros ministeriais em Fevereiro com os governos da América Latina, dialogando com os Grupos do Rio e de S. José, a Comunidade Andina e o Mercosul. Não esqueceremos o Mediterrâneo e, inovando, organizaremos uma Cimeira UE-Índia e ministeriais com a Austrália e a Nova Zelândia.

Um ponto alto

E quanto ao quotidiano dos europeus? Como promover um bem-estar crescente e garantir o desenvolvimento social e económico? O aprofundamento da União passa por um permanente esforço de aproximação das prioridades comunitárias às preocupações dos cidadãos. Nesse sentido, a Presidência portuguesa explorará novas formas de combate ao desemprego e à exclusão social. O Conselho Europeu Extraordinário de Lisboa (23 e 24 de Março) será dedicado ao tema «O Emprego, as Reformas Económicas e a Coesão Social – para uma Europa da Inovação e do Conhecimento».

Avaliaremos os processos em curso, resultantes das Cimeiras de Cardiff, Luxemburgo e Colónia, acrescentando a importante dimensão das potencialidades da sociedade da informação. Consolidado que se encontra o euro, queremos uma Europa tecnologicamente pioneira e apostada na formação. Este será um ponto alto da Presidência portuguesa, a marcar a viragem para transformar a Europa na economia mais dinâmica do mundo no século XXI.

Em muitas outras áreas é possível melhorar as condições de vida dos europeus e o futuro das suas empresas – na segurança e na livre circulação dos cidadãos, na harmonização fiscal e no combate à fraude e à corrupção, na protecção do ambiente e dos recursos naturais. E sublinho o debate que introduziremos sobre a saúde pública no espaço da União, indo ao encontro de sucessivas e legítimas inquietações quanto à segurança alimentar. Portugal apresentará no Conselho Europeu da Feira um documento sobre esta temática, tendo por horizonte a criação de uma Agência Europeia para este sector.

A Presidência portuguesa resultará de um esforço colectivo. A nível nacional, aguardamos o apoio e as sugestões das forças políticas e da sociedade civil. No plano externo, trabalharemos em conjunto com os nossos parceiros, com o Conselho e a Comissão e, em especial, com o Parlamento Europeu, cuja crescente intervenção na definição dos desígnios da UE é uma tendência que deve ser encorajada.

Procurámos preparar uma Presidência aberta e despertadora do interesse de todos, capaz de motivar o País inteiro. Os principais eventos do próximo semestre, em Portugal, decorrem nos Açores e na Madeira, em Lisboa e no Porto, em Coimbra, no Alentejo e no Algarve. Levaremos a cabo no estrangeiro, em simultâneo, programas culturais organizados com as principais instituições portuguesas.

Faremos, enfim, uma Presidência contida nos gastos. O orçamento previsto é proporcional à média europeia, tendo havido a preocupação de recuperar instalações cuja utilidade se estenderá muito para lá deste semestre. Para reforçar os quadros diplomáticos e técnicos existentes, com experiência da bem sucedida Presidência de 1992, contratámos temporariamente jovens licenciados. Espero que se valorizem deste modo os seus currículos.

Resta-nos conduzir a UE durante seis meses e, desejavelmente, deixá-la melhor e mais adequada à realidade que nos rodeia e queremos ajustar. Mãos à obra!

In-Visão

INTERESSES

Iglésias Costal



A GESTÃO DOS SILÊNCIOS POLÍTICOS

A movimentação dos interesses individuais e de grupos faz-se sobretudo com capas de hipocrisia, o que denuncia falta de nível ético, intelectual e de competência. É assim que se vai vivendo em Portugal, na última década, onde os vários protagonistas se vão esquivando, frontalmente, de colocarem os verdadeiros problemas sobre a mesa.

Se começarmos a dissecar o interior dos partidos políticos, verificamos como as teias de influência se perfilam perante o interesse imediato, acessório, em desfavor do essencial e prioritário.

Constatamos ser um dado adquirido a esquizofrenia política geral, um mal que começa a afectar grande parte da sociedade, precisamente pelos silêncios omissos e também pelas dualidades de opinião, em função de quem se apresenta pela frente.

Um país que tem como intervenientes pessoas, com este tipo de atitudes, em lugares de responsabilidade, é um país eternamente adiado. Cativar interesses próprios com silêncios é corrupção.

Quando se usa a posse da crítica positiva está-se implicitamente a ajudar no sentido de um encontro de possíveis soluções, e não a obstruir as mesmas.

O silêncio quando usado intencionalmente é obstrutivo para o interesse nacional de qualquer país. As populações exigem frontalidade no tratamento das questões que lhes dizem respeito. Doutra forma está-se a omitir por intencionalidade e isto é um abuso do poder, seja qual for. Ora o que se vem fazendo ao longo dos anos, é precisamente, um gerir de silêncios sobre os verdadeiros problemas dos portugueses. Como é possível vivermos, lado a lado, com as misérias sem nos indignarmos? Como é possível vivermos, lado a lado com a apatia generalizada do povo português e não nos preocuparmos?

Como é possível ouvirmos a frase «os irmãos portugueses» e verificamos que nem primos afastados nos sentimos? Como é possível dormirmos descansados, quando há portugueses a viver na rua miseravelmente, em barracas e também em prédios nas condições mais deploráveis e degradantes que se possa imaginar? Durante uma década ouvi falar em sucesso. Qual sucesso? Só se for o sucesso de alguns. Os gestores, por terem conquistado um bom lugar há sombra com milhares de contos de ordenado por mês, mais o carro de luxo à conta, para se pavonearem, mais o cartão «douradinho» que faz milagres em certas mãos. Ainda, entre outras mordomias, as passeatas pelo estrangeiro, a propósito de quase nada para o interesse e benefício dos portugueses, não esquecendo também os luxuosos gabinetes, onde nunca estão. Para esses, sim, é um sucesso. Curiosamente num artigo publicado num jornal de economia denunciava-se que os gestores em Portugal são dos que mais recebem na Europa, sendo em contrapartida os piores em desempenho. Isto é intolerável! Como também é o «sucesso» dos patrões que exploram a dignidade humana, retribuindo com miseráveis salários.

Gerir os silêncios é estar calado no momento exacto. Ser cinzento, em suma, é não abrir a boca nem mexer com a pena. Se a grande maioria dos dirigentes soubesse gerir ou administrar em Portugal, não estaríamos como estamos. Para muitos está no máximo. Convido-os a andar a pé e não com motorista em carros de luxo, pelo Portugal real.

O sucesso de um país é uma realidade quando todos os intervenientes viverem com dignidade, então, sim, estamos com sucesso.

Ser frontal em Portugal é ainda muito «perigoso», tem sido e continua a ser.

Habitaram-se alguns dirigentes a viver na falsidade, na hipocrisia, pois ouvir frontalidades, incomoda.

Curiosamente, há partidos que denunciavam estas tristes realidades no tempo do PSD e, agora, vão à boleia. O povo português apostou na mudança, mas esta tarda em aparecer.

O PSD que tanto «trabalhou» para aumentar as diferenças sociais agora está muito solidário com os pobres mais parecem pobres de espírito.

Gostaria que a frase «os ricos sempre mais ricos» desaparecesse, já que neste novo mundo que aí vem, não faz sentido.

Ainda há pouco tempo um psiquiatra holandês visitou o Casal Ventoso e ficou espantado com o que viu comentando: «nunca vi nada disto na Europa». Porque não se faz a recuperação da zona como aconteceu com a área da Expo? Aí sim, era prioritário. Os problemas de Portugal são bastante complexos, mas os silêncios pioram esses mesmos problemas.

Fala-se da necessidade de mais polícia e segurança, o que é um absurdo. O que necessitamos é de uma melhor redistribuição da riqueza. Gastar milhões na segurança é desperdício e despesismo. A Grécia é um país parecido com Portugal ao nível da criação da riqueza. Curiosamente os presos nas cadeias gregas são um quinto dos presos em Portugal. Porquê? Porque a riqueza naquele país é bem distribuída, não existem Quintas do Mocho, nem outras «Quintas». A Igreja Ortodoxa intervém ao denunciar casos de abuso de poder e injustiças.

Curiosamente, o PSD e o CDS/PP que agora tanto falam da miséria dos pobres tiveram a oportunidade de os defender, quando estiveram no poder coligados com AD em princípio da década de 80 e não o fizeram. Será que a consciência não os deixa dormir? Mais uma vez repetido. Foram

os mesmos iniciadores desta onda do piroso e novo-riquismo. Na Escandinávia vive-se com muita qualidade de vida e não há grandes diferenças salariais e sociais. Nos países onde as desigualdades são maiores há mais criminalidade, corrupção, negligência, incompetência e claro não é necessário fazer mais esquadras nem ter mais polícia.

Não façam silêncio sobre as comparações com o comportamento de outros países. Compare-se, estude-se, analise-se e tomem-se soluções.

As políticas estão desacreditadas e o «show» tem sido medonho. Quando se é político por convicção e se defende a dignidade de vida, não se deve fazer a gestão dos silêncios. Infelizmente, o que acontece é precisamente o contrário.

Hoje, para muitos dirigentes a prioridade é enriquecer com os lugares que vão ocupando umas vezes uns, outras vezes outros. Basta ver o que tinham e o que têm, e o povo que se lixe.

Quanto desses recusaram mordomias que eu considero um enorme abuso do poder, um roubo aos portugueses que ganham miseravelmente e quantos deles com recibos verdes, salários em atraso, desempregados, defecientes com miseráveis pensões, os nossos idosos com reformas que nem para sobreviver dão e outras situações que num país com Expo's, não deveriam acontecer.

Quanto daqueles que criticavam o PSD e que se encontram em lugares de topo, recusaram as mordomias? Mordomias, que custam aos contribuintes muitos milhões de contos.

Consta-se que quando tomam posse dos lugares, a primeira coisa a saber é onde está o tão cobinado carro, que ao fim de três anos fica na posse deles. Mais as mordomias. O resto logo se vê.

E assim vai Portugal... silêncio.

Email: Costal@mail.pt

SER SOCIALISTA

Lino Mendes

CONVERSANDO...

Ser socialista por opção de vida não se define apenas pela militância activa de bandeira na mão e colando cartazes em tempo de campanha – que será importante, note-se – mas essencialmente por uma militância *praticante* no dia-a-dia, pela maneira de ser e de estar na vida, que *através do exemplo* luta por uma sociedade mais harmoniosa, mais humana, que se pautar por uma correcta justiça social. Tendo em atenção que qualquer filosofia

política deve ter sempre em atenção o *tempo* e o *espaço*, para ser militante socialista – em nosso entender – não basta usar o emblema e ter as quotas em dia, fundamentalmente *é preciso sê-lo de facto*. E este é, em nosso entender, o perfil que deve ter aquele que serve de *imagem* ao Partido Socialista. Por isso, saídos de umas *eleições legislativas* começámos a caminhar para uma *eleição autárquica*, pelo que não estamos longe de começar a pensar em quem apostar. Sabemos que

não se deve imiscuir nas vontades locais e quão difícil se torna opor por vezes a outros interesses que não os da comunidade. *Mas para isso mesmo há que sensibilizar as bases...*

Dizia-nos há dias uma *verdadeira* autarca socialista que não pode conceber que um seu companheiro de partido no exercício das suas funções, tivesse diferentes pesos e medidas face às opções políticas dos eleitores. *Mas acontece!* Mas grave também, é que um eleito socialista, colocado no poder

pelo somatório dos votos de todo um concelho, seja depois e essencialmente presidente da sede desse mesmo concelho, ignorando que o município significa o conjunto de freguesias, aldeias e lugares. Toda esta «conversa» de hoje poderá ser entendida como um desabafo. Mas será bom que se atente na mesma, já que factos como estes não podem ser ignorados e estão na razão de muito descontentamento e de muita abstenção. E não é difícil superá-los.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Teatro em Albufeira

O Grupo de Ideias do Levante leva a cena, no dia 22, pelas 21 e 30, no Auditório Municipal, a peça de Teixeira Gomes, «Maria Adelaide».

«Trilogia da Guerra» é o título genérico da mostra de pintura e escultura de Daniel Vieira e Pinto da Silva que se encontra patente, até ao dia 12 de Fevereiro, na Galeria Municipal.

A exposição pode ser visitada diariamente, com excepção dos domingos e feriados, entre as 10 e 30 e as 17 horas.

Para os amantes da leitura, a Biblioteca Municipal promove, até ao fim do mês, a mostra bibliográfica «Os Livros do Fim do Milénio».

CD em Coimbra

Neste mês de Janeiro do ano 2000, o espaço cultural «Memória da Escrita» da Torre D'Anto propõe uma revisitação a obras de Arthur C. Clarke, Aldous Huxley, James Redfield, George Orwell, Edgar Morin, Rui Zink, José Saramago, Paulo Nogueira e Eduardo Lourenço.

A partir de amanhã e até ao dia 27 de Fevereiro, as Galerias do Átrio e do Jardim acolherão a exposição de pintura de Augusto Menano.

«Quinhentos Anos de Poliphonia Portuguesa» é o nome do espectáculo que poderá ver e ouvir, no sábado, dia 22, na Casa Municipal da Cultura, a partir das 21 e 30. Trata-se da apresentação do disco compacto do grupo vocal Ad Libitum.

Também no sábado poderá passar pela Praça Velha e apreciar a já famosa e habitual Feira das Velharias.

Caça em Fafe

A autarquia local organiza, este sábado, dia 22, na área da Zona de Caça Turística da Serra de Fafe, uma montaria ao javali.

Seminário em Faro

Amanhã estreia, no Cinema Santo António, a comédia «Mickey Blues Eyes». Trata-se do mais recente trabalho do conhecido actor britânico Hugh Grant e de James Can, que estará em exibição até à próxima quinta-feira, dia 27.

Para quem preferir a sala de espectáculos do Cinema Golden City, saiba que a proposta para esta semana é a mesma. O I Concurso de Gastronomia Regional Algarve 2000 (provas da 1ª fase) decorre na segunda-feira.

A Câmara Municipal farense organiza, no dia 24, um seminário no qual será debatido o tema «A Escola e a Cultura de Autoprotecção».

O evento, apoiado pela Protecção Civil e pelo Instituto Português da Juventude, decorrerá no Auditório do IPJ, a partir das 9 e 30.

Cinema em Guimarães

Termina hoje a mostra «Bicentenário do Sistema Métrico Decimal - Revolução Silenciosa», patente ao público na Sociedade Martins Sarmento.

Também hoje, pelas 21 e 45, assista ao filme «Bullworth: Candidato em Perigo», no Auditório Municipal da Universidade do Minho.

A partir de amanhã e até quinta-feira, dia 27, o Cinema São Mamede exhibe «Ana e o Rei, uma película assinada pelo cineasta Andy Tennat.

Ainda amanhã, sexta-feira, o Círculo de Arte e Recreio alberga o primeiro fórum cultural intitulado «O Pássaro e o Futuro».

Variedades em Lisboa

A Fundação Arpad Szrennes-Vieira da Silva traz Pablo Picasso à metrópole alfacinha a partir de hoje, numa exposição que ilustra a paixão deste artista espanhol pelos touros e que se intitula «Homenagem ao Toureiro».

Touradas, faunos e minotauros ilustram a fascinação de Picasso pelo tema que o inspirou a fazer os desenhos ilustrações e cerâmicas que estarão patentes até ao dia 26 de Fevereiro.

No domingo, dia 23, na Aula Magna, estreia-se, em Portugal, Moby, músico americano que costuma surpreender com cada novo disco, indo do punk ao techno.

CINEMA

**ESTREIAS NACIONAIS
SEXTA-FEIRA, DIA 21**

Rossetta

Luc & Jean-Pierre Dardenne

Estigma

Rupert Wainright

Do Not Disturb

Dick Maas

**Fear And Loathing
In Las Vegas**

Terry Gilliam

Na bagagem Moby traz o seu mais recente trabalho - «Play» - cheio de hip-hop, soul e paisagens electrónicas.

O pequeno Auditório do centro Cultural de Belém recebe, a partir de segunda-feira e até ao dia 26, «Abecedário», do alemão Heiner Müller, um espectáculo encenado por Rogério de Carvalho, que reúne textos como «O Pai» e «Anúncio de Morte».

Para aquecer um pouco o frio característico de Janeiro, o Teatro Maria Matos recebe, até ao dia 19 de Fevereiro, o ciclo «Africacá». Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau trazem até à capital portuguesa a sua música, dança, teatro e literatura.

**Desporto
em Montemor-o-Velho**

Este sábado, pelas 15 horas, decorre, no Pavilhão Municipal, o Campeonato Distrital de Iniciados Femininos de Basquetebol. Um dia depois, às 17 horas e no mesmo local, será a vez de assistir ao desafio de Juniores «B» Masculinos na mesma modalidade.

**Conferência/debate
em Óbidos**

«Desafio à Inovação» é o título genérico da conferência/debate que se realiza, este sábado, dia 22, no Auditório Municipal da Casa da Música.

Ilustrações no Porto

Originais e reproduções de ilustrações destinadas às obras de Guerra Junqueiro da autoria de Rafael Bordalo Pinheiro, Leal da Câmara, António Carneiro e Teixeira Lopes, entre outros, encontram-se expostas, até ao dia 2 de Abril, na Casa Museu Guerra Junqueiro.

A exposição «Guerra Junqueiro - obra ilustrada» será dinamizada com a leitura de textos de Guerra Junqueiro para as crianças e com a instalação de um atelier de desenho que permitirá aos mais novos elaborar as suas próprias ilustrações.

Na Casa Tait poderá ser apreciada a exposição «A Cultura da Marioneta Tradicional Portuguesa Aplicada ao Ensino Moderno», organizada por Francisco Mota e Maria Palmira Silva.

Exposições em Sintra

A Galeria Municipal de Fiteares tem patentes, até ao dia 30, duas exposições colectivas.

No primeiro piso estarão expostas as pinturas e desenhos do Grupo de Espinho. O segundo andar alberga a mostra de pintura, colagens e desenhos constituída por obras de Ana Cristina Dias, Carlos Calado e Gila.

Ambas as mostras poderão ser visitadas de quarta-feira a domingos e nos feriados, das 16 às 22 horas.

SUGESTÃO

**MACAU
2000**

«Macau 2000, um legado cultural, uma presença no futuro» é uma mostra de arte que poderá ser vista na Casa da Lusofonia, à Praça Marquês de Pombal, Lisboa, a partir de hoje e até ao dia 5 de Março.

Esta exposição é composta por trabalhos de Carlos Marreiros, Ho Sang Wong e Ricardo Fonseca, podendo ser visitada e apreciada, durante o período referido, entre as 11 horas e as 19 e 30.

Carlos Marreiros nasceu em Macau, em 1957. É arquitecto, pintor, professor universitário e autor de ensaios e estudos, publicados em português, chinês e inglês, sobre cultura, património, artes plásticas e arquitectura.

Por seu turno, Ho Sang Wong, que também nasceu em Macau, dois anos depois de Marreiros (1959), estudou desenho e pintura, mas trabalha como fotógrafo de arte, enquanto Ricardo Fonseca, que nasceu em Baião em 1944, é economista e fotógrafo amador.

A mostra de arte «Macau 2000» é organizada pelo Instituto Camões, com a colaboração do Instituto Português do Oriente e a participação da Fundação Oriente.

**POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca**

O quê?

*Sei de pastores que não existem.
De montanhas tristes, muito tristes,
sozinhas no seu tamanho.*

*Sei de rios que não correm
E de outros que ao correr, morrem.*

*Sei de cânticos e de igrejas,
de gente carregada de invejas.*

*Sei de um tudo que o não é
e de ateus a joelhos pela fé.*

E ao que sei pergunto: o quê?

Carlos Carranca
Inédito

Por lapso demos como autor do poema «Liberdade», saído na semana passada, o nome de António Nunes, quando o poema é da autoria de Edmundo Bettencourt.



CHILE, BANCA E GRANDES OPÇÕES

1. A eleição presidencial chilena realizada no passado domingo tem importância do ponto de vista político e económico, para além do real significado simbólico de que se revestiu. O conflito presidencial no Chile travou-se entre um antigo conselheiro de Pinochet e Ricardo Lagos, socialista oriundo do allendismo, tendo-se posteriormente aproximado das posições da maioria dos partidos socialistas europeus. A vitória de Lagos exprimiu o reforço de uma posição reformista na América Latina e corresponde a uma nova derrota do pinochetismo e dos economistas ditos liberais, que apoiaram politicamente e inspiraram economicamente o ditador.

2. Entretanto, no sistema financeiro português, a integração do Banco Mello e da Companhia de Seguros Império no grupo BCP/Atlântico vem obviamente reforçar o grupo financeiro e empresarial liderado pelo Engº Jardim Gonçalves, no

quadro nacional, com sérias repercussões designadamente no plano ibérico. Mas esta operação representa também o abandono de capacidade decisória significativa por parte de uma das grandes famílias que no Estado Novo e no marcelismo detiveram uma influência importante na esfera económica, social e até política.

3. Mas refiramos também a importância assumida pelas Grandes Opções do Plano, cuja primeira versão foi apresentada ao Conselho Económico e Social e que entrarão dentro de dias na Assembleia da República, exprimindo a visão estratégica do desenvolvimento nacional durante o ano 2000, numa perspectiva quadrienal.

A quinta Opção «Criar Condições para uma Economia Moderna e Competitiva» desenvolve concepções presentes no Programa Eleitoral e de Governo do PS, articulando-se claramente com a 3ª Opção «Qualificar as Pessoas, Promover um

Emprego de Qualidade e Caminhar para a Sociedade do Conhecimento e da Informação». Aliás nesta 3ª Opção, desenvolvem-se orientações que a Cimeira do Emprego irá, num quadro europeu, assumir e estabelece ainda o que poderíamos chamar o Programa para um Portugal Digital. Mas a questão da potenciação do território português como factor de bem estar dos cidadãos e de competitividade da economia não é esquecida (na 6ª Opção), exprimindo-se o necessário reforço da coesão social e o avanço da nova geração de políticas sociais na 4ª Opção. A concretização de investimentos públicos de origem nacional (componente do PIDDAC) e europeia (nomeadamente através do Quadro Comunitário de Apoio) ajudarão à realização deste significativo conjunto de opções estratégicas, política, social e economicamente relevantes, que ajudarão a impulsionar o desenvolvimento do país e a sua coesão social na viragem do milénio.

«Não me sinto de facto no poder, nem me reconheço totalmente neste PS que exerce o poder»

Manuel Alegre
Jornal de Letras, 12 de Janeiro

«Não há nenhum órgão de poder num Estado que seja irresponsável. Todos respondemos, e quem exerce o poder em nome do povo, seja político ou judicial, tem que prestar contas»

António Costa
Público, 17 de Janeiro

«Cidadania é a ideia fundamental que tem de estar na vida política»

Guilherme d'Oliveira Martins
Diário de Notícias, 16 de Janeiro

«Deve existir articulação, de modo a que não se verifiquem fenómenos de parasitismo de umas instituições (privadas) em relação a outras»

Idem, ibidem

«A marca deste Governo será diálogo mais obra feita»

Idem, ibidem

«Os habitantes de Lisboa e Porto dispensariam de bom grado a necessidade das notícias sobre o estado, quase sempre caótico, do trânsito nas suas cidades»

Miguel Sousa Tavares
Público, 14 de Janeiro



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N° 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4°, Massamá, 2745 Queluz